

SUMÁRIO

As imagens da capa e da quarta capa

Introdução

Pós-escrito

ENCICLOPÉDIA NEGRA

A

B

C

D

E

F

G

H

I

J

L

M

N

O

P

Q

R

S

T

V

W

Z

Caderno de imagens

Créditos das imagens

Artistas participantes

Lista de verbetes

Sobre os autores

Créditos

AS IMAGENS DA CAPA E DA QUARTA CAPA

A capa e a quarta capa desta *Enciclopédia negra* trazem dois personagens — Afra Joaquina Vieira Muniz e Chico Rei — num elenco de mais de 550 biografias. Também selecionam uma mulher e um homem; ela que viveu na Bahia e ele, em Minas Gerais. Afra no século XIX, Chico Rei no XVIII. Da existência dela, temos comprovação por um processo em que tomou parte; quanto a ele, não sabemos os limites entre a história e a lenda; lenda que vira história. Por outro lado, aqui estão as obras de dois pintores, Mônica Ventura e Antonio Obá, num time de mais de sessenta artistas .

Afra Joaquina vivia em Salvador e era casada com seu ex-senhor, Sabino Francisco Muniz, de origem africana como ela, que, uma vez liberto, pagou pela liberdade da esposa ao mesmo tempo que se tornou proprietário de escravos. Sabino morreu entre 1870 e 1872, deixando todos os seus bens para a mulher e a liberdade para duas escravizadas, Severina e Maria do Carmo, contanto que permanecessem ao lado de Afra até a morte desta. As relações de Afra com essas cativas não foram, porém, amistosas, tendo levado até a um processo cível. O exemplo de Afra mostra como era complexo o mundo que a escravidão concebeu.

A Afra criada por Mônica Ventura está desprovida de qualquer conflito. Bonita, forte, ela olha resoluta para a frente e se destaca do fundo azul profundo selecionado pela artista. Com um turbante de nação, brinco e broche de ouro, revela a

riqueza e o patrimônio que acumulou. Sua roupa não permite que se lhe adivinhem as linhas do corpo, numa representação que se afasta daquela feita por viajantes estrangeiros, os quais em geral destacavam a sensualidade das escravizadas, sempre expostas com o colo nu. Essa é uma Afra digna, ativa, dona de seu destino, como outras tantas escravizadas e libertas, que legaram seus exemplos.

Chico Rei viveu na região das Minas Gerais, em tempos de muita mineração e trabalho escravo, mas também de ameaças de insurreições e muita boataria. Chico Rei, que fez história e virou lenda, era um africano da família real do reino do Congo. Com a esposa, filhos e poucos súditos, fora embarcado como escravizado para o Brasil. Conta-se que, durante a viagem, sua esposa e alguns filhos teriam morrido. Não se sabe a que porto chegou, contudo é certo que foi parar nas minas de Ouro Preto. Foi batizado com o nome de Francisco e escravizado juntamente com um dos seus filhos. Passados alguns anos e depois de muito trabalho, Chico Rei, já reconhecido pelos demais africanos por sua distinção, não só conseguiu pagar por sua própria liberdade, como comprou a alforria de vários escravizados africanos, quiçá malungos (colegas de navio negreiro) e outros do reino do Congo.

Antonio Obá traz um Chico Rei mais velho, com cabelos brancos, olhar penetrante e roupas que remetem a sua origem real e africana. Usa também colares de contas que vinculam à religiosidade afro-brasileira. Igualmente ativo, no seu olhar cândido transparece bondade. Transparece ainda riqueza combinada a solidariedade, rara no ambiente da mineração. O

fundo verde-oliva dialoga com o que parece ser uma coroa e uma estrela de ouro. Chico Rei sorri.

Foram muitas as Afras e tantos os Chicos Reis invisíveis durante muito tempo por uma historiografia colonial e de heróis exclusivamente brancos. Hoje eles vão voltando para mudar nossa imaginação e a maneira como pensamos nosso passado, nosso presente e sonho de futuro.

INTRODUÇÃO

Flávio Gomes, Jaime Lauriano, Lilia Moritz Schwarcz

Senhores

O sangue dos meus avós

Que corre nas minhas veias

São gritos de rebeldia

— *Carlos de Assumpção, NÃO PARAREI DE GRITAR*



Um grande e constrangedor silêncio habita a maior parte dos arquivos brasileiros e coloniais, e, sobretudo, dos nossos manuais e livros didáticos. Neles, enquanto os registros de atos empreendidos pela população branca estão por toda parte, as referências acerca da imensa população escravizada negra que viveu no país, desde meados do século XVI até praticamente o fim do século XIX, são bem escassas. Ainda são muito pouco mencionados os negros e as negras que conheceram o período do pós-abolição; aquele que se seguiu à Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, a qual, longe de ter sido um ato isolado e “redentor”, fez parte de um processo coletivo de luta incessante pela liberdade, protagonizado por negros, libertos e seus descendentes. Por fim, se hoje as fontes documentais se multiplicaram, fora da bibliografia especializada são raros os registros das atuações desses grupos, e também do racismo e da violência cotidianos, com seus

personagens sendo condenados, ao menos numa história mais oficial, a uma dupla morte: a física e a da memória.

Esta *Enciclopédia negra* pretende ampliar a visibilidade das biografias de mais de 550 personalidades negras, em 417 verbetes individuais e coletivos, apoiando-se na vasta produção historiográfica, antropológica, literária, arqueológica e sociológica que se debruçou sobre a escravidão e sobre o pós-abolição. Utilizamos também fontes primárias e secundárias, matérias de jornais e obras que trataram desses personagens, direta ou indiretamente. Muitas dessas trajetórias foram invisibilizadas pela maneira como são fundados e organizados os nossos arquivos, bem como pelo modo como as narrativas são construídas e divulgadas; mais ainda quando se trata de mulheres negras e de pessoas LGBTQIA+ negras.

Narrar é uma forma de fazer reviver os mortos, afirma a escritora Saidiya Hartman. Por isso mesmo, nesta obra, diversas vezes deixamos explícito quando não temos tantos detalhes da infância de um personagem ou quando nos faltam dados sobre determinado período da vida de certas pessoas. Sobram lacunas acerca da maior parte da trajetória dos indivíduos retratados — por vezes não sabemos nem mesmo aproximadamente seus anos de nascimento e morte. Todavia, cada biografia narra, sempre, uma linda história: foram pessoas que se agarraram ao direito à liberdade; profissionais liberais que romperam com as barreiras do racismo; esportistas que desafiaram as amarras de seu tempo; mães que lutaram pela alforria de suas famílias; professoras que ensinaram seus alunos a respeito de suas origens; indivíduos que se revoltaram e organizaram insurreições; curandeiros e médicos que salvaram doentes;

músicos que criaram e expandiram maneiras diferentes de se fazer cultura; ativistas que escreveram manifestos, fundaram associações e jornais; líderes religiosos que reinventaram outras Áfricas no Brasil.

Por meio de detalhes, de fragmentos, de registros deixados pelas autoridades coloniais, por fontes da polícia, por descrições legadas por senhores que pretendiam reclamar a “propriedade”, por referências jornalísticas, por raros diários, procuramos trazer de volta o que poderia ser dito e contado, mas que permanece, o mais das vezes, inacessível. Trata-se de perscrutar os arquivos, na sua instabilidade e inconstância. Fazer uma “contra-história” ou uma “meta-história” — como defende uma série de historiadores — que devolva ao leitor pessoas de carne e osso.

Outra preocupação desta *Enciclopédia* foi a de introduzir as histórias de personagens afro-brasileiros espalhados por toda parte do Brasil, de Norte a Sul. Não apenas africanos recém-chegados que acompanharam os alardeados ciclos econômicos do açúcar, da mineração e do café durante a escravidão, mas também uma população negra no pós-abolição, supostamente só existente no Nordeste ou nas periferias das grandes capitais. Em diferentes espaços vamos encontrar uma série de personalidades negras em Roraima ou Amapá, entre as fronteiras caribenhas com Suriname, Guiana Francesa e Venezuela. Ou através das migrações negras que alcançaram o Acre e o Mato Grosso do Sul, partes do que ainda não eram Brasil nas últimas décadas oitocentistas. No Sul não foi diferente, borrando as fronteiras do Uruguai e da Argentina. Esses são pedaços de histórias que juntaram gente, desejos e

projetos de diásporas em construção. Buscamos também uma representação mais paritária de marcadores como gênero/sexo, haja vista que as histórias racionais são ainda mais excludentes diante das memórias de mulheres e de pessoas LGBTQI+, que não raro desaparecem das narrativas.

Restabelecer a trajetória desses mais de quinhentos personagens significa, pois, tirá-los das estatísticas ou dos registros que não lhes conferem identidade ou singularidade e reconstruir seu passado, nomeando, assim, a violência do nosso presente e também a atuação incansável desses que foram verdadeiros protagonistas da nossa história. É lamentável constatar a existência de um racismo estrutural e institucional, que atinge todas as áreas sociais — educação, saúde, mortalidade, natalidade, moradia, oferta de emprego — e também os nossos arquivos.

Uma *Enciclopédia* como esta não pode nem deve ter como objetivo ser exaustiva. Pretende, em vez disso, provocar o debate e animar novas pesquisas. E se o critério para constar neste livro foi a morte, o objetivo é a vida. Ou seja, esta obra se concentra nos rastros do nosso passado, que ainda têm imensa ressonância no presente. Trata-se de uma narrativa feita em verbetes, em fragmentos, de certos nomes conhecidos pelos brasileiros e sobretudo de outros basicamente ignorados, mas que tiveram seu protagonismo em diferentes momentos e regiões do país. A intenção é trazer de volta esses corpos e também vozes tantas vezes sequestrados e sobre os quais, até então, só restava o silêncio. Um projeto como este será sempre incompleto, e deixará de fora muitas vidas que certamente

merecem ser contadas e recontadas, e que aparecerão em sites vinculados a este projeto.

Mas o projeto não se encerra com a publicação deste livro. Trinta e seis artistas negras, negros e negres, numa referência a outras identidades de gênero, foram convidados para produzir retratos dos biografados. Boa parte das personalidades abordadas nesta *Enciclopédia* não possui imagens nem de sua época nem mesmo posteriores, e a explicação para esse fato está, mais uma vez, na invisibilidade imposta a eles. Portanto, também no campo visual, destacou-se uma política que pretendeu tornar transparentes ou invisíveis os heróis e as heroínas que escapavam da régua e do compasso de uma história mais colonial, europeia e, assim sendo, branca. Para cobrir esse tipo de lacuna, convidamos artistas para colaborarem nessa missão coletiva de resgate dessas trajetórias, para que eles nos ajudassem a retratar uma história mais plural, inclusiva e ampla. Os artistas-parceiros que aderiram ao projeto deram rosto a vários desses personagens — aqueles sobre os quais não restaram imagens —, fazendo com que tenhamos, daqui para a frente, uma “pinacoteca negra” e uma imaginação mais generosa e diversificada acerca da história do Brasil.

O projeto da *Enciclopédia negra* inclui ainda uma exposição de mesmo nome, organizada pela Pinacoteca de São Paulo. Além disso, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com a coordenação das professoras Isabel Reis, Luciana Brito, Rosy de Oliveira e Antônio Liberac, encomendou a pesquisadores de todo o país a redação de verbetes sobre personalidades e grupos

de negras, negros e negres atuantes no momento presente. O material será divulgado em revistas acadêmicas de acesso gratuito e está na origem de um novo projeto de livro.

Os personagens são analisados nesta *Enciclopédia* a partir de um olhar renovado, que destaca a maneira como as ideias desses homens, dessas mulheres e dessas pessoas LGBTQIA+ circularam no eixo afro-atlântico, criado forçosamente pela linguagem da escravidão e, depois, durante o longo período do pós-emancipação — que tem data de começo, mas não de fim. Assim, se chegaram ao Brasil tumbeiros carregados de pessoas com suas histórias, também vieram filosofias, teorias, religiões, plantas, práticas corporais, ritmos, ativismos, linguagens, cantos, padronagens, culturas materiais e imateriais — uma série de experiências que não se restringiram às fronteiras e às margens delineadas pelos europeus que colonizaram o Brasil. Notícias de uma revolução iniciada no Haiti logo alcançavam as Américas, e exemplos de rebeldes geravam alvoroço nas várias pontas que esse comércio negreiro estabeleceu. Da mesma forma que a insurreição dos malês, ocorrida em Salvador, logo alcançou os ouvidos dos escravizados que viviam nos Estados Unidos, projetos idealizados na Jamaica se inseriram rapidamente em nosso país. No século XX, com as experiências conectadas de lutas por cidadania, direitos civis, igualdade racial e movimentos antirracistas, ocorreria algo similar: uma ampla circulação de ideias, de valores, de costumes e de práticas compartilhadas nesse amplo espaço afro-atlântico.

Foram muitos os intelectuais que escreveram biografias de negras e negros que viveram em vários momentos da história brasileira — e que se encontram devidamente indicadas nas

referências bibliográficas. Nas últimas décadas, destacamos a iniciativa de Haroldo Costa, que em 1982, no livro *Fala, crioulo*, entrevistou personagens conhecidos e anônimos. Com apoio da pesquisa primorosa de Milton Cobrinha, foram incluídas pessoas reconhecidas (muitas ainda vivas) — como o ator Milton Gonçalves, o escritor, sambista e pesquisador Nei Lopes, e os jogadores Pelé e Paulo César Lima —, e também ícones como Mestre Didi, Raimundo de Souza Dantas e tantos outros. A maior originalidade ficaria por conta dos quase quarenta personagens anônimos apresentados no livro, entre eles feirantes, garis, cabeleireiros, eletricitas, caftens e donas de casa. Gente que falava de sua própria identidade, de suas trajetórias e do racismo existente no Brasil.

Em meados da década de 1980, Oswaldo de Camargo publicaria o livro *A razão da chama: Antologia de poetas negros brasileiros* (1986). Ainda na mesma década, Emanuel Araújo organizou uma importante obra de referência chamada *A mão afro-brasileira* (1988), que recupera perfis, trajetórias e obras de artistas negras e negros de várias gerações. Em 1998, Eduardo de Oliveira lançou *Quem é quem na negritude brasileira*, com um ampliado repertório de pequenas biografias de artistas, intelectuais, ativistas e personagens históricos desde o século XVI até o fim do século XX. Em 2004, o *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, organizado por Clóvis Moura e Soraya Silva Moura, apresenta verbetes de personagens e de eventos da escravidão. Depois do *Dicionário mulheres do Brasil* (2000), Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil lançaram o livro *Mulheres negras do Brasil* (2006), apresentando um amplo

painel, desde o primeiro período da escravidão até a contemporaneidade.

No Brasil, nas últimas décadas, vários historiadores introduziram reflexões fundamentais sobre a vida cotidiana e sobre a religiosidade difundida durante o período escravocrata, tendo como objeto estudos biográficos de escravizados e libertos, homens, mulheres, africanos e nascidos no Brasil. Com uma obra pioneira no gênero da biografia de escravizados e ex-escravizados, Luiz Mott analisou, em 1993, a vida de Rosa Egipcíaca. O ineditismo da trajetória de Rosa passa por sua transformação em santa, venerada por todos em plena sociedade escravista colonial, num ambiente religioso efervescente.

Depois do imenso avanço acerca da vida religiosa, a temática das relações de gênero tendeu a ficar mais forte nos estudos biográficos de escravizados e ex-escravizados. Júnia Furtado ofereceu, em 2003, uma análise da vida real de Chica da Silva, talvez a escravizada mais conhecida do Brasil, por meio de lendas e de romances. Mergulhou no cotidiano de mulheres forras no século XVIII, investigando as expectativas de mobilidade social e criticando a imagem de sedução e sensualidade das mulheres negras forras no Brasil colonial.

João José Reis publicou duas biografias de africanos que foram cativos e conquistaram a alforria. Na primeira, de 2008, examinou a vida religiosa do liberto africano Domingos Sodré, na Bahia do século XIX, reconstituindo os cenários religiosos dos africanos em Salvador bem como suas redes sociais. Na segunda, de 2010 — escrita em conjunto com os historiadores Marcus J. M. de Carvalho e Flávio Gomes —, acompanhou a vida

do liberto africano Rufino José Maria em quatro cidades brasileiras (Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Recife), além de suas várias viagens em navios negreiros como cozinheiro.

Essas biografias de africanos e vários outros estudos que exploraram as trajetórias de negros escravizados e livres representaram importantes inspirações teóricas e metodológicas na busca de articulações que se mostraram bastante férteis entre a história atlântica e suas vidas. Essas investigações se somam a tantas outras que revelam os esforços da historiografia brasileira no sentido de reconstituir a vida, o cotidiano e a mentalidade de escravizados, africanos e seus descendentes, numa perspectiva microscópica, articulando narrativas individuais, formação de identidades e sentidos religiosos em contextos mais amplos da escravidão e do pós-emancipação. Em 2012, surgiria a coletânea *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*, de Giovana Xavier, Juliana Farias e Flávio Gomes, reunindo quase duas dezenas de pesquisadores, cobrindo várias regiões do país e apresentando perfis, trajetórias e biografias de mulheres negras, escravizadas, libertas, africanas e crioulas. No ano anterior, a coletânea *Experiências da emancipação*, de Petrônio Domingues e Flávio Gomes, trouxe biografias de personagens negras e negros que participaram de instituições e de movimentos sociais no pós-abolição, entre 1890 e 1980. A lista de autores e de contribuições é enorme, com dissertações, teses, artigos e livros cobrindo diversas trajetórias. Consideramos todos eles nos verbetes aqui publicados.

No período mais recente, entre as inúmeras publicações que são essenciais na colaboração acerca das histórias de vida de

personagens negras e negros, destacam-se as obras de Nei Lopes — *Enciclopédia brasileira da diáspora africana*, de 2004, e *Dicionário literário afro-brasileiro*, de 2007. A primeira conta com edições constantemente atualizadas, sendo a última datada de 2011. Num projeto de fôlego, o autor tem produzido milhares de verbetes, cobrindo personagens, eventos, conceitos e terminologias que abrangem toda a diáspora. Em 2019, publicou *Afro-Brasil reluzente: 100 personalidades notáveis do século XX*. Eduardo Assis organizou, em 2014, *Literatura afro-brasileira: 100 autores do século XVIII ao XXI*, que trouxe um grande painel dessa produção no país. *Histórias afro-atlânticas* — resultado de uma exposição realizada em 2018 no Museu de Arte de São Paulo (MASP) e no Instituto Tomie Ohtake e curado por Adriano Pedrosa, Ayrson Heráclito, Hélio Menezes, Lilia Moritz Schwarcz e Tomás Toledo — apresenta um retrato compósito dos vários artistas que circularam pelo Atlântico negro. Por fim, publicações como as de Ligia Fonseca Ferreira sobre Luiz Gama (2008, 2011, 2012 e 2020) e as alentadas biografias sobre Cruz e Sousa e Carolina Maria de Jesus (Tom Farias, 2008 e 2018) e Lima Barreto (Lilia M. Schwarcz, 2017), entre outras, mostraram diversos caminhos para localizar obras, trajetórias e percursos de intelectuais negras e negros dos séculos XIX e XX, bem como exploraram narrativas muitas vezes fragmentadas e com várias lacunas.

Além das publicações citadas, inúmeros sites e acervos digitais foram disponibilizados nas últimas décadas, com farto material aberto ao público leitor, destacando-se o Dicionário Cravo Albin de Música Popular Brasileira, o Museu AfroBrasil, o Geledés, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros

(Ipeafro), o portal Literafro da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Enciclopédia Itaú Cultural, a Brasileira da Biblioteca Nacional, o site do Instituto Moreira Salles, entre tantos outros.

Neste projeto, retomamos os conhecimentos das obras acima listadas e procuramos inovar a partir das experiências de uma série de pessoas negras que circularam no eixo afro-atlântico. Mais que isso: recuperamos centenas de estudos e pesquisas — muitos recentes e inéditos — que têm analisado processos, eventos e experiências da escravidão e do pós-abolição, descortinando vidas e fazendo emergir personagens e suas vidas. Foi fundamental incorporar à bibliografia clássica, e com destaque, a produção historiográfica de mais novas e potentes gerações de historiadores negros e negras.

Como tratar de escravizados que viveram ou nasceram no Brasil, que até bem pouco tempo eram tomados apenas como variáveis demográficas? Como entender a escravidão, que durou no Brasil quase quatro séculos e cruzou diferentes tempos, espaços e vários ciclos econômicos, devidamente interseccionados? Como escrever estes verbetes levando em conta marcadores sociais de diferença como raça, gênero, geração e região? Esses são alguns dos desafios que aqui enfrentamos.

A pesquisa para esta *Enciclopédia* começou em fins de 2014, quando surgiu a ideia de escrever uma síntese alentada sobre a escravidão no Brasil. Durante o trabalho de manusear clássicos e de dar conta da vasta bibliografia atualizada — expressa em artigos, livros e capítulos, além de centenas de dissertações e de teses inéditas produzidas em programas de pós-graduação

espalhados de norte a sul do país —, acabamos por concluir que seria um trabalho hercúleo e com resultados basicamente incompletos. O risco de generalizar demais e de não localizar diferentes temporalidade e geografias, no limite, inacessíveis — porém, muito importantes no que se refere às experiências coloniais — nos fez desistir desse compêndio. O *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos* (Lilia M. Schwarcz e Flávio Gomes, 2018) virou, então, um grande projeto coletivo, juntando dezenas de pesquisadores, estudiosos e estudiosas da escravidão, com investigações em diversas áreas. Ainda assim, avaliamos que várias paisagens atlânticas acabaram por ficar de fora dessa coletânea, bem como, e sobretudo, não apareciam com a devida importância as vivências de personagens incríveis, mas que escapavam das diversas abordagens.

O certo é que não há mais espaço para tratar de África no singular, tampouco para retomar convenções coloniais utilizadas e canonizadas durante tantos séculos. Foram inúmeras as escravidões, desenhadas por escravizados e escravizadas, senhores, feitores e pessoas que descobriram e lutaram pela liberdade. Pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, café não foram apenas economias transmutadas em “bastões de revezamento econômico” ou ciclos presos a padrões de evolução fixos. Os territórios e as fronteiras eram muito mais amplos, incluindo trigo, algodão, fumo, arroz, drogas do sertão, gado, diamantes, tropeiros, mandioca, salsaparrilha, charque e tantas outras culturas que constituíram e que foram constituídas por pedaços de sociedades escravistas, compostas de indígenas e, fundamentalmente, de africanos e de seus descendentes escravizados ou libertos. Esses são cenários

complexos, inseridos em paisagens mutantes. Nesses lugares, mulheres e homens, negras e negros não só atravessaram o tempo — aquele de suas próprias vidas — como organizaram memórias, relataram a originalidade de suas vivências e deixaram muitas pistas sobre suas expectativas, projetos e utopias. Procuramos, assim, recuperar histórias da escravidão e da liberdade, dando tempo, espaço, lugar e rosto a essas múltiplas experiências e a esses diversos e diversas protagonistas. Aí estão esses mais de 550 biografados, reais, complexos, intensos, contraditórios. As nossas histórias nacionais, contadas como uma linha do tempo contínua e sucessiva, entremeada de uma série de efemérides, acabaram relegando ao esquecimento pessoas que foram apagadas por narrativas que as trataram apenas como números, em meio a produções com claro caráter generalizante. Para captar desejos, redes familiares, ressentimentos, medos, dúvidas, sucessos, horrores, amores, tragédias, alegrias, esperanças, choros, fracassos, ódios, decepções, angústias e recordações foi necessário tirar da névoa rostos, retratos, nomes e personagens múltiplos, que espelham a riqueza e a variedade das experiências afro-brasileiras. Estes foram alguns passos que tomamos, visando revelar vozes e opções subjetivas, para além de nomes e registros temporais.

Não se trata, aqui, de inventar heróis ou enumerar vítimas, muito menos de construir narrativas subalternas ou subalternizadas. Partindo da fundamental contribuição historiográfica, antropológica, literária e sociológica dos últimos quarenta anos, tentamos reler contextos, processos sociais, horizontes de expectativas, envolvendo vários

personagens, auscultando dessa forma vidas e trajetórias repletas de propósitos e de planejamentos. Incompletos para aqueles que viveram no mesmo período e, sobretudo, para nós, que tentamos encontrá-los tantos séculos depois, esses protagonistas ergueram mosaicos de experiências, movimentos históricos profundos, ainda bem pouco conhecidos entre nós.

O objetivo desta *Enciclopédia* é, portanto, contribuir para que os brasileiros incluam em suas narrativas outros sujeitos históricos, em geral silenciados ou esquecidos pelos nossos manuais, livros didáticos e compêndios mais tradicionais. Ao cruzar tempos, espaços e gerações, de modo a compor um painel não só amplo mas equânime e equilibrado em termos geográficos, temporais e de gênero, este livro traça um panorama inclusivo, com a presença de intelectuais, ativistas, figuras religiosas, cantores, esportistas, profissionais liberais, políticos, artistas plásticos, médicos, abolicionistas, engenheiros, quilombolas, professores, cientistas e líderes comunitários, cada um excepcional à sua maneira. Por fim, se alguns dos biografados serão de conhecimento prévio dos leitores, outros, por conta de suas experiências terem sido pouco veiculadas pela mídia, pelos livros de história e pelos manuais de forma geral, demonstrarão como a “celebridade” também se faz no cotidiano.

Um grande destaque foi dado aos verbetes mais históricos, pouco contemplados em obras do gênero. Nesse sentido, uma das intenções fundamentais desta *Enciclopédia* é ampliar o repertório de professores e alunos que, a despeito da lei no 10 639/03, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura

afro-brasileira e africana, ainda não encontram material suficiente para subsidiar a educação, a pesquisa e o estudo nessas áreas, possibilitando que docentes de ensino fundamental, médio e universitário possam incluir outros intérpretes e personagens em seus cursos e ementas. Em suma, este livro se insere num processo mais robusto de ampliação do conhecimento das práticas negras em nosso país, além de contribuir para a construção de um amplo movimento antirracista e cidadão.

Este projeto não seria possível sem o esforço conjunto de uma série de historiadores e de cientistas sociais, dos artistas que criaram os retratos e do apoio da Companhia das Letras, do Instituto Ibirapitanga e da Pinacoteca de São Paulo. Nosso muito obrigado a Alceu Chiesorin Nunes, Erica Fujito, Fabiana Roncoroni, Fernando Baldráia, Lucila Lombardi, Luiz Schwarcz, Otávio Marques da Costa, Ricardo Teperman (um verdadeiro coautor desta obra), Andre Degenszajn, Iara Rolnik, Dalva Santos (Instituto Soma), Ana Maria Maia, Jochen Volz e Valéria Piccoli, que foram nossos e nossas comparsas nessa empreitada, compartilhando dúvidas e caminhos. Sem a Sonia Balady não teríamos dado conta de organizar todos estes verbetes e de garantir a paridade entre homens, mulheres e pessoas LGBTQIA+. Agradecemos também a Edson Cardoso, que nos ofereceu sugestões preciosas, entre elas a de que alguns verbetes tratassem de experiências coletivas. Contamos com a ajuda de Alberto da Costa e Silva, Ana Carolina Lourenço, André Chevitarese, Antônio Carlos Higino da Silva, Antonio Liberac Cardoso Simões Pires, Astrogildo Esteves Filho, Bianca Santana, Carlos Alberto Medeiros, Carlos Eugênio Líbano Soares, Cuti,

Cyda Moreno, Elciene Azevedo, Elisa Larkin, Emanuel Araújo, Felipe Arruda, Giovana Xavier, Hélio Menezes, Higor Ferreira, Iamara Viana, Isadora Mota, Ivanir dos Santos, João Alipio, João José Reis, Juliana Vicente, Layla Baptista, Léa Garcia, Ligia Ferreira, Lucimar Felisberto, Luiz Felipe de Alencastro, Maria Helena Machado, Maria Magalhães, Mariana Gino, Mário Medeiros, Matheus Gato de Jesus, Mauricio Acuña, Miquéias H. Mugge, Mundinha Araujo, Nilma Accioli, Olívia Cunha, Paulo Roberto dos Santos, Paulo Staudt Moreira, Petrônio Domingues, Reginaldo Prandi, Robert Slanes, Solange Pereira, Spirito Santo, Stephane Ramos, Tom Farias, Valéria Gomes Costa, que nos auxiliaram nesta tarefa, lembrando de nomes, esclarecendo dúvidas, indicando textos, repassando a bibliografia e sugerindo a leitura de teses e dissertações. Agradecemos também aos vários colaboradores que assinam alguns dos verbetes conosco e aos artistas que aderiram ao projeto: Amilton Santos, Andressa Monique, Antonio Obá, Arjan Martins, Ayrson Heraclito, Bruno Baptistelli, Castiel Vitorino, Dalton Paula, Daniel Lima, Desali, Elian Almeida, Hariel Revignet, Heloisa Hariadne, Igi Ayedun, Jackeline Romio, Jaime Lauriano, Juliana dos Santos, Kerolayne Kemblim, Kika Carvalho, Lidia Lisboa, Marcelo D'Saete, Mariana Rodrigues, Micaela Cyrino, Michel CENA7, Moisés Patrício, Mônica Ventura, Mulambö, Nádia Taquary, Nathalia Ferreira, Oga Mendonça, Panmela Castro, Rebeca Carapiá, Renata Felinto, Rodrigo Bueno, Sonia Gomes e Tiago Sant'Ana. Oga Mendonça foi um verdadeiro parceiro, cuidando de toda a linguagem e coerência visual do projeto. Victor Burton elaborou o projeto gráfico com

o profissionalismo e a amizade de sempre. Todos nos ajudaram a fazer desta *Enciclopédia* um verdadeiro sonho coletivo.

A grande utopia deste livro é devolver à sociedade brasileira, sobretudo a negras, negros e negres, histórias e imaginários mais diversos e plurais. Essa é uma forma de colaborar para que nosso país seja mais republicano. É também uma maneira de qualificar nossa democracia, deixando de discriminar e assassinar setores da nossa sociedade que — segundo os termos do IBGE, que os classifica como pretos e pardos — hoje correspondem a 56,1% da população.

Com esta *Enciclopédia* pretendemos, também, que a visibilização da vida (e da morte) de uma série de pessoas de origem africana contribua para o término do genocídio dessa população no Brasil. Pois tornar estas histórias mais conhecidas e dar rostos a estas personalidades colabora para a reflexão por trás das estatísticas, que nos acostumamos a ler todos os dias nos jornais, “naturalizando” histórias brutalmente interrompidas, seja fisicamente, seja na memória. Por isso, trazer à tona a biografia e a luta pela vida de Ambrosinas, Inácios da Catigueira, Pratas Pretas, Ritas Cebola, Quindombas, Xicas Manicongo e tantos outros é mostrar que as vidas de Ágathas, Jenifers, João Pedros, Kauãs, Kauês, Kethellens, Marielles, João Albertos Silveira de Freitas, Emilys, Rebecas e tantas outras vidas negras — violenta e precocemente arrancadas de nosso cotidiano — importam.

É possível tomar duas atitudes diante da operação historiográfica e de coleta dessas tantas memórias: a primeira é apenas anotar aquilo que os arquivos oferecem; a segunda é

interrogar a própria produção do conhecimento advinda do passado, começando a história mais uma vez.

Rio de Janeiro, Porto e São Paulo, 8 de dezembro de 2020

PÓS-ESCRITO

Quando estávamos terminando este livro, ocorreu o terrível assassinato de João Alberto Silveira Freitas no supermercado Carrefour de Porto Alegre, mais exatamente no dia 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra. A corporação global é reincidente em casos de violência contra negros. Em 2018, Luís Carlos Gomes, um homem negro portador de necessidades especiais, foi agredido num Carrefour de São Bernardo do Campo (São Paulo). Seguido por um funcionário ao abrir uma lata de cerveja antes de passar no caixa, Gomes foi espancado e levado à força para fora do estabelecimento. Apesar de os vídeos comprovarem a extrema e covarde violência, a rede tratou a acusação como “exagerada”. Depois de dois anos, a Justiça pagou 26 mil reais de indenização por danos morais, e só. E eis que a cena se repete, com os mesmos requintes, e é filmada por funcionários do Carrefour, no final de 2020. Todos os brasileiros puderam “assistir” à agonia de Beto Freitas, como era conhecido, que, levado a um estacionamento, lutou o quanto pôde para se livrar das mãos de seus agressores: os seguranças do supermercado — um ex-militar e um policial militar temporário. Ele foi asfixiado e depois de alguns minutos seu corpo ficou inerte; sem vida. No mesmo ano de 2020, no dia 25 de maio, George Floyd, um afro-americano, fora assassinado em Minneapolis; um policial branco o havia estrangulado, ajoelhando-se em seu pescoço, durante uma abordagem por Floyd supostamente ter usado uma nota falsificada de vinte dólares para pagar a conta num

supermercado. Ele também morrerá dizendo que lhe faltava ar. As “coincidências” são muito reveladoras. Após a morte de Floyd, os protestos contra o racismo reacenderam nos Estados Unidos. Depois do perecimento de Freitas, o mesmo aconteceu no Brasil. Não sabemos muito da biografia de Beto Freitas, mas conhecemos de sobra a intolerância policial — que tem como alvo, principalmente, os homens e mulheres negros, negras e negres quase cidadãos no país —, a desfaçatez da sociedade que naturaliza tais eventos cotidianos, e o racismo que cerca, conforma, explica e já se transformou numa linguagem social do Brasil atual. Tão desigual que, além de não enxergar, torna invisíveis assimetrias, discriminações e exclusões não apenas individuais, mas coletivas e geracionais. Floyd pode ser chamado de um “personagem atlântico post mortem”, já que o seu bárbaro assassinato mobilizou vários lugares do mundo em protestos públicos. No Brasil, a perplexidade de parte da mídia — ante uma suposta e enganosa acomodação brasileira ou um racismo não tão violento — diz muito sobre o apagamento da história, das ações, eventos, experiências, personagens e uma série de rostos. Como se verá neste livro, o ativismo negro existe por aqui desde que o primeiro africano e a primeira africana puseram seus pés na então colônia americana dos portugueses para trabalharem coercitivamente, como escravizados, nas lavouras. E não foram só revoltas, quilombos, associativismo e movimentos populares; foram também ações diárias que indicavam percepções políticas, sonhos, projetos, pesadelos, apostas, riscos, necessidades e formas de sobrevivência. No entanto, o racismo estrutural continua presente, e a repressão do Estado contra pessoas negras não

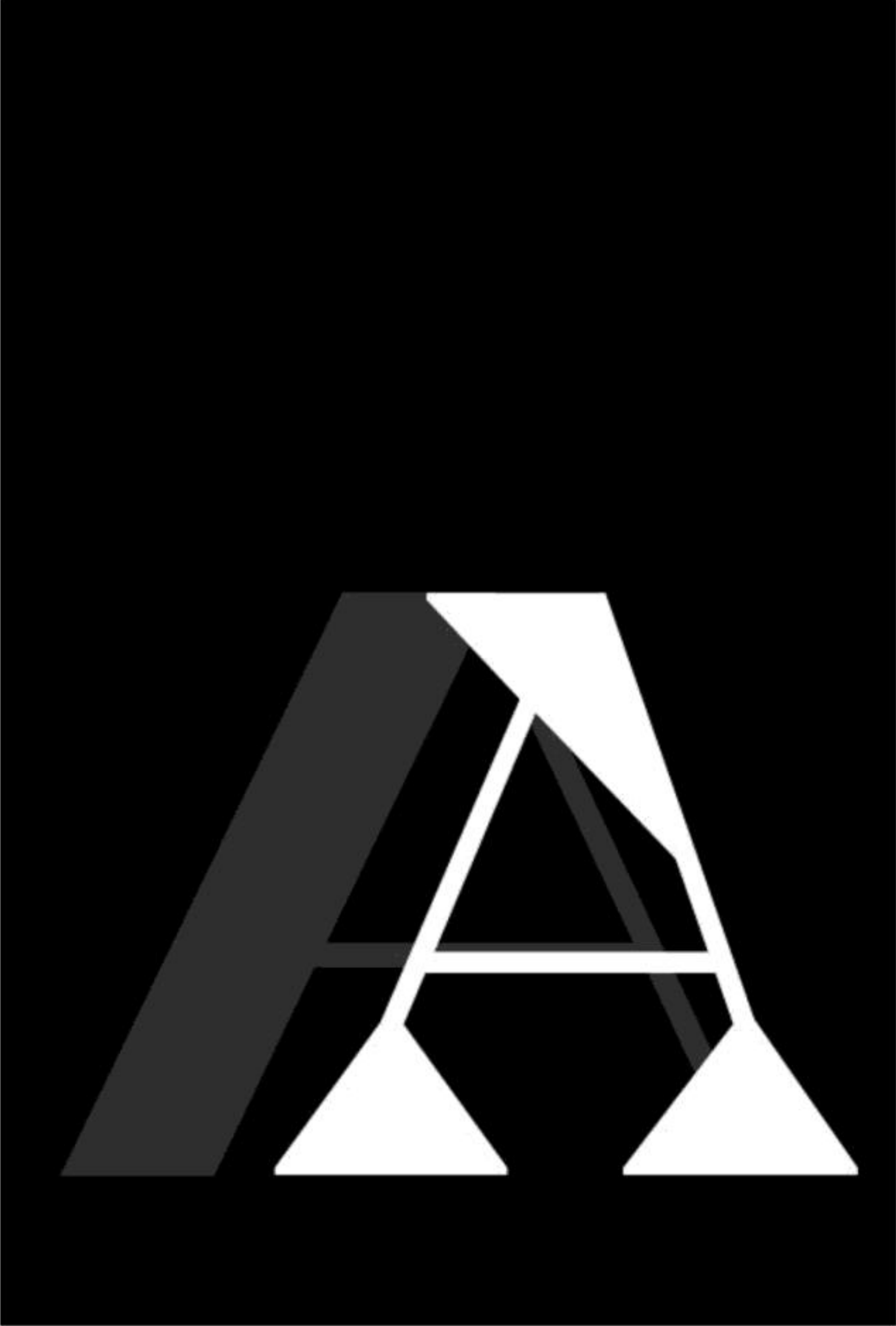
arrefece. A frase “não consigo respirar” funciona como metáfora e realidade. Metáfora da sensação de opressão experimentada cotidianamente por pessoas negras. Realidade, de um país que pratica o genocídio duplo das populações de baixa renda e sobretudo negras: a morte física e a tentativa de assassinar o direito à memória. Uma inversão da metáfora seria “não podemos respirar” ou então “não queremos respirar mais” — ver, reproduzir, silenciar, ouvir, sentir, traduzir — “o racismo e suas formas de exclusão social”.

Alguns verbetes desta enciclopédia foram escritos em colaboração ou contaram com a ajuda mais detalhada de pesquisadores e intelectuais especialistas nos temas e pessoas abordados. Seus nomes são creditados no final do texto desses verbetes.

Na seção de fontes, também localizada depois de cada verbete, são listados em ordem alfabética os autores e autoras de cujos trabalhos foram extraídas as principais informações, pesquisas, contextos, referências e citações contidas no texto.

A seção denominada “Veja também” indica conexões temáticas e biográficas da pessoa em tela com outros titulares de verbetes. Sem ser exaustivas ou prescritivas, essas conexões formam constelações de possibilidades para a leitura do livro.

No final do volume, uma lista alfabética de verbetes funciona como guia rápido para a localização de pessoas.



ABDIAS DO NASCIMENTO

1914-2011 | SÃO PAULO; RIO DE JANEIRO

Abdias nasceu em 1914, na cidade de Franca, interior do estado de São Paulo. Migrou para a capital no início dos anos 1930 e logo começou a tomar parte em eventos organizados pela Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931. Com Lino Guedes e outros, realizou em 1938 em Campinas o Congresso Afro-Campineiro. Ainda na mesma década, transformou-se em ativista da Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo que atraiu milhares de negros, foi acusado de fascista e manteve uma disputa ideológica acirrada com o Partido Comunista.

Em 1944, após longa viagem pelo interior do Brasil e por parte da América Latina, Abdias criou o Teatro Experimental do Negro (TEN) — movimento artístico, político e cultural que aglutinou intelectuais e artistas negros e negras importantes no cenário afro-brasileiro, como o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos (1915-82), Aguinaldo Camargo (1918-52), Edison Carneiro (1912-72), Haroldo Costa (1930-), Ironides Rodrigues (1923-87), Ruth de Souza (1921-2019) e Léa Garcia (1933-).

A articulação artística e política de Abdias foi constante, sempre denunciando o racismo e propondo debates. Em 1945-6, organizou, com várias outras lideranças, a Convenção Nacional do Negro, no Rio de Janeiro e em São Paulo. E, em 1949, realizou a Conferência do Negro.

Abdias manteve também um papel essencial durante os trabalhos da Assembleia Constituinte brasileira de 1946,

chamando a atenção para o necessário e urgente combate ao racismo no país. Em 1950, organizou o Congresso do Negro Brasileiro.

Perseguido pela ditadura militar instaurada em 1964, Abdias deixou o Brasil em 1968. A partir daí, iniciaria uma longa trajetória de atuação internacional, tomando parte em importantes congressos e reuniões com lideranças negras das Américas e da África, e lecionando em várias universidades. Foi o fundador da cadeira de cultura africana no Novo Mundo e professor no Centro de Estudos Porto-Riquenhos na Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, onde lecionou até 1981. Deu aulas, ainda, na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale, na Temple University e na Universidade de Ifé, na Nigéria.

Entre o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1980, publicou várias obras: *Teatro experimental do negro* (1959), *Axés do sangue e da esperança: Oríkis* (1983), *Sitiado em Lagos: Autodefesa de um negro acossado pelo racismo* (1981), *O quilombismo: Documentos de uma militância pan-africanista* (1980), *Sortilégio II: Mistério negro de Zumbi redivivo* (1979) e *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado* (1978).

Além de escritor, poeta e teatrólogo, Abdias desenvolveu uma carreira internacional como artista plástico. Ele costumava tomar símbolos retirados do panteão de orixás do candomblé e estilizá-los em obras de cores fortes e movimentos que lembravam a África no Brasil, bem como a circulação de visualidades africanas.

Converteu-se então em um intelectual do eixo afro-atlântico. Em 1974, tomou parte no VI Congresso Pan-Africano, em Dar es Salaam. Participou e ajudou a organizar, também, os primeiros Congressos de Cultura Negra nas Américas, respectivamente em 1977, 1980 e 1982, na Colômbia, no Panamá e no Brasil.

De volta ao país, na década de 1980 elegeu-se deputado federal (1983-6) e depois senador em dois pleitos diferentes (1991-2, 1997-9). Em sua atuação parlamentar, defendeu projetos de lei por ações afirmativas e pelo fim da discriminação racial. Em 1992, dirigiu a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras e, em 1999, a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania, ambas no governo do Rio de Janeiro.

Abdias recebeu o título de doutor honoris causa pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (1993) e pela Universidade Federal da Bahia (2000). Foi agraciado com o prêmio Unesco, na categoria Direitos Humanos e Cultura de Paz, e pelo Schomburg Center for Research in Black Culture, com o prêmio Herança Africana, ambos em 2001. Recebeu as honras da Ordem do Mérito Cultural (2007); Ordem do Rio Branco, no grau de Oficial (2001) e de Comendador (2006). Em 2008, o cineasta Antônio Olavo (1955-) lançou o filme-documentário *Abdias Nascimento: Memória negra*. Sua biografia também mobilizou diversos pesquisadores, como Anani Dzidzienyo (1941-2020), Éle Semog (1952-), Elisa Larkin Nascimento (1954-), Flávio dos Santos Gomes (1964-), Gérard Police, Márcio Macedo (1974-), entre outros.

Faleceu em 2011, aos 97 anos. Em 2013, o Senado Federal criou a Comenda Senador Abdias Nascimento.

FONTES: Abdias do Nascimento; Éle Semog; Elisa Larkin Nascimento; Flávio dos Santos Gomes; Márcio Macedo.

VEJA TAMBÉM: Alberto Guerreiro Ramos; Agnaldo Camargo; Arinda Serafim; Carlos Alberto Oliveira dos Santos; Carlos Marighella; Claudino José da Silva; Clóvis Moura; Edison Carneiro; Elza de Souza e Guiomar Ferreira de Mattos; Ironides Rodrigues; Maria Nascimento; Mercedes Baptista; Ruth de Souza.

ABIGAIL MOURA

c. 1904-70 | EUGENÓPOLIS, MINAS GERAIS; RIO DE JANEIRO

Abigail Cecílio de Moura nasceu em Eugenípolis, Minas Gerais, em 1904. Foi poeta, compositor e maestro, tendo criado, em 1942, a Orquestra Afro-Brasileira. Integrado por músicos negros, o conjunto — como assinalou Nei Lopes (1942-) — destacou-se como um importante movimento cultural, também por conta do ineditismo de seu repertório, seus instrumentos e suas indumentárias afro-brasileiras. Ele produziu a trilha sonora de eventos culturais e políticos renomados, como a Conferência Nacional do Negro (1949) e o Congresso do Negro Brasileiro (1950). Compôs, ainda, melodias para o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado em 1944, e para a Companhia Afro-Brasileira de Dança, que contou com a participação de Haroldo Costa (1930-) em 1949.

Sob a sua liderança, a Orquestra Afro-Brasileira gravou os discos *Obaluayê!* (1957) e *Orquestra Afro-Brasileira* (1968). Abigail Moura faleceu em 1970.

FONTES: Abdias do Nascimento; José Jorge Siqueira; Nei Lopes; Ricardo Cravo Albin.

VEJA TAMBÉM: Abdias do Nascimento.

**ACAIUBA, AMARO, AMBRÓSIO,
ANDALAQUITUCHE, CABANGA,
CAMOANGA, CANHONGO,
DAMBRAGANGA, GANGA-MUIÇA,
GANGA-ZONA, GASPARGAR, GONE,
GONGORO, JOÃO MULATO, JOÃO
TAPUIA, MAIHOIO, MOUZA, OSENGA,
PACASSA, PEDRO CAÇAPA,
QUILOANGE, QUISSAMA, TOCULO,
ZANGUI**

SÉCS. XVII-XVIII | PERNAMBUCO

Os mocambos de Palmares não foram extintos em 1694, quando a grande cerca conhecida como Macaco foi invadida, nem em 1695, ao assassinarem Zumbi (1655-95). Já nos primeiros registros, que datam da última década do século XVII, existem fontes que mencionam a continuação dos remanescentes de Palmares até 1757, época em que se criaram vilas e povoados, compostos de população indígena e seus descendentes, como forma de prevenir que os palmaristas voltassem a se agrupar.

No alvorecer do século XVIII, a liderança de Palmares estava com Camoanga (?-1703), que certamente foi sucessor de Zumbi.

Camoanga acabou assassinado pelas tropas que seguiriam combatendo naquelas serras e matas onde o sol da liberdade raiava. Na década de 1710, a liderança passou para as mãos de Mouza, que terminaria capturado e deportado em 1713.

Acaiuba, Andalaquituche, Cabanga, Camoanga, Canhongo, Dambraganga, Ganga-Muiça, Ganga-Zona, Gone, Gongoro, Maihoio, Mouza, Osenga, Pacassa, Quiloange, Quissama, Toculo, Zangui e tantos outros, além de importantes mulheres, são exemplos de personalidades fundamentais nas experiências de Palmares, que pode ter durado mais de 150 anos. O interessante é que esses tanto poderiam ser nomes próprios quanto nomenclaturas de diversos mocambos. Isso porque vários deles sugerem termos de origem africana. Mas existem também nomes próprios masculinos de origem portuguesa que aparecem na documentação colonial: Amaro, Ambrósio, Gaspar, João Mulato, João Tapuia e Pedro Caçapa.

Na metade do século XVII, a população palmarista alcançava possivelmente 20 mil pessoas, embora cronistas da época, com certo exagero, mencionassem a existência de 30 mil. Na verdade, esse número chegaria a milhares, se considerarmos que os palmaristas se dividiam em diversas aldeias estruturadas e acampamentos improvisados nas bordas das serras e nas vizinhanças dos povoados e das vilas.

Boa parte dos mocambos era designada pelo nome de sua localização geográfica ou de seus chefes e comandantes militares. O principal e mais povoado deles, denominado Macaco, era o centro político e administrativo, e funcionava como capital. Alguns mocambos foram utilizados como campo de treinamento, onde se preparavam armamentos e

armadilhas e onde os guerreiros se exercitavam para os enfrentamentos militares.

Com relação aos nomes dos mocambos em Palmares, a documentação inclui Cucaú, Subupira e Macaco, que eram também os principais povoados. Há ainda menção aos mocambos denominados Catingas, Garanhuns, Oiteiro, Tabocas Pequeno e Una. Divisão e articulação faziam parte da estrutura socioeconômica criada em Palmares. Quando uma aldeia era atacada, os palmaristas se refugiavam em outras próximas. Além das aldeias mais estáveis e das plantações nos interiores das serras, havia acampamentos militares avançados e entrepostos para trocas mercantis.

Nos documentos aparecem indicações sobre postos e funções, com destaque para algumas lideranças. Ganga-Muiça e Ganga-Zona eram chefes militares, sendo este último irmão de Ganga-Zumba (1630-78). Osenga era considerado um exímio líder militar e chefe de um mocambo; Zangui era dirigente do mocambo Catingas; Cabanga foi chefe do mocambo de Una; Amaro comandava um mocambo com o mesmo nome; e Maihoio foi líder militar do mocambo de Aqualtune. Ambrósio, Canhongo, Gaspar, Gone, João Mulato, João Tapuia e Pacassa foram associados à figura de guerreiros e líderes militares. Da família real, os nomes de destaque são: Acaiuba e Tocolo, filhos de Ganga-Zumba, além de Acaiuba Zambi, filho de Zumbi.

As pesquisas pioneiras de Edison Carneiro (1912-72), Ernesto Ennes (1881-1957), Décio Freitas (1922-2004) e outros foram fundamentais para conhecermos uma biografia certamente coletiva, de uma organização que virou símbolo da rebeldia negra e de seu desejo de liberdade. Por isso Palmares tornou-se

símbolo e representação de outros agrupamentos como esse. Os nomes dos mocambos não se dissociam de seus líderes, fazendo a eles uma espécie de homenagem. Cabe a nós não os esquecer.

FONTES: Clóvis Moura; Décio Freitas; Edison Carneiro; Ernesto Ennes; Flávio dos Santos Gomes; Ivan Alves Filho; Luiz Felipe de Alencastro; Pedro Paulo A. Funari; Rômulo Luiz Xavier Nascimento; Scott Joseph Allen; Silvia Hunold Lara; Stuart B. Schwarz.

VEJA TAMBÉM: Acotirene e Aqualtune; Dandara...; Ganga-Zumba; Zumbi.

ACOTIRENE E AQUALTUNE

SÉC. XVII | PERNAMBUCO

A presença e a liderança feminina em Palmares surgem descritas na “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador d. Pedro de Almeida” — uma memória sobre as incursões realizadas entre 1675 e 1678, em que aparecem definições de “distintos Palmares”.

Cerca de vinte léguas da vila de Porto Calvo, havia o Mocambo de Acotirene, que aparece também grafado “Arotirene”. A trinta léguas de Porto Calvo, a noroeste, havia a Cerca de Aqualtune, que seria “o nome da mãe do rei”, que vivia “em mocambo fortificado”. Segundo tal relato, ali “cada um tem as mulheres que quer”. E o rei, na ocasião Ganga-Zumba (1630-78), “estava acomodado com três mulheres, uma mulata e duas crioulas”, sendo que da “primeira teve muitos filhos, das

outras nenhum”. Num parecer do Conselho Ultramarino sobre a conquista de Palmares de 1678, comentou-se sobre a morte de Ganga-Zumba e também das três mulheres que tinha.

Acotirene e Aqualtune, assim como as expressões “rainha”, “fêmeas” e “negras”, parecem resumir a presença feminina palmarista. A preocupação das autoridades coloniais com as mulheres em Palmares — apesar da pequena referência a nomes próprios — está registrada nas polêmicas que surgiram sobre como proceder com as prisioneiras. Considerava-se que, após a captura, elas deviam ser exterminadas ou vendidas e mandadas para bem longe. Já em 1669, numa ordem do governador Bernardo de Miranda Henriques (c. 1630-70) ao capitão-mor das Alagoas, mencionava-se a necessidade de “vender por si ou por outras pessoas os ditos negros” para que fossem expulsos dessas capitanias. Na ordem, estabelecia-se também que o mesmo fosse feito “com as negras fêmeas”.

Caetano de Melo e Castro (1680-1718), ao dar a notícia sobre o sucesso dos ataques a Palmares, em 1694, destacou que as “negras fêmeas” e suas crias que “chegaram a ter aquela liberdade” deveriam ser mesmo enviadas para fora da capitania, senão todos ali ficariam “menos seguros pelo que a experiência tem mostrado”.

O temor que as autoridades tinham das mulheres se manifesta num parecer do procurador da Fazenda acerca da proposta dos paulistas, ainda em 1695: “Neste ponto me parece, que se devem exterminar as negras, como os negros; porque suposto que as negras não podem fazer per si resistência [...] contudo por estarem habituadas à liberdade, facilmente evadirão negros que com elas fujam para os matos, onde

poderão reunir as fertilidades, que assegura fizeram, porém como se dá tempo para se exterminarem estes negros, parece justo, que as negras que tiverem crias, se lhes prorrogue este tempo”. Assim, “até que as crias [cheguem] a três anos, hora que poderão viver sem o leite de suas mães; no que não haverá receio de suas retiradas, tendo o grilhão dos filhos, e se acudirá a vida, e sustento deles”.

Além de combaterem lado a lado com os homens, uma série de mulheres exercia, com frequência, funções logísticas significativas, transportando alimentos, pólvora e armamentos, bem como cuidando de feridos e transferindo-os para lugares seguros. Ademais, é possível supor que em certos mocambos a população feminina fosse maior do que a documentação tem até hoje apontado. Como estratégia, alguns quilombolas podem ter mantido suas mulheres e crianças em locais mais seguros, em acampamentos afastados, onde dificilmente seriam encontradas pelas expedições de captura. Se a história colonial silenciou sobre seus nomes, não pode evitar falar de seus atos e papéis dentro das comunidades palmarinas.

FONTES: Clóvis Moura; Décio Freitas; Edison Carneiro; Ernesto Ennes; Flávio dos Santos Gomes; Ivan Alves Filho; Luiz Felipe de Alencastro; Pedro Paulo A. Funari; Rômulo Luiz Xavier Nascimento; Scott Joseph Allen; Silvia Hunold Lara; Stuart B. Schwarz.

VEJA TAMBÉM: Acaiuba...; Dandara...; Ganga-Zumba; Zumbi.

ADÃO

SÉC. XIX | SERRO, MINAS GERAIS

Na segunda metade do século XIX, ao menos uma década antes de o movimento abolicionista ganhar força, escravizados em várias partes do Brasil avaliaram formas e ações para conquistar a liberdade. Só entre 1860 e 1864, o Ministério da Justiça anotou mais de sessenta registros de insurreições escravas — a partir da descoberta de planos e conspirações ou da prática de denúncias — em diversas províncias do Império.

Sabemos pouco da história de Adão, mas as pesquisas de Isadora Moura Mota (1978-) mostram que ele nasceu no Brasil já como escravizado, que talvez fosse filho de africanos e que era pardo. Mostram também que liderou uma revolta negra nos sertões do norte de Minas Gerais, mais especificamente na comarca do Serro, nas proximidades de Diamantina, e que esse movimento foi descoberto em 1864.

Marcada para eclodir durante as festividades do Espírito Santo, a conspiração contava com escravizados, quilombolas, libertos, africanos, nascidos no Brasil e pessoas livres negras. Contava, ainda, com uma rede extensa de escravizados e libertos urbanos, classificados como “da cidade”; cativos rurais e das fazendas circunvizinhas, os “da roça”; e gente “da mata”, os quilombolas. Revoltas, insurreições e levantes podiam estar articulados a planos de fugas coletivas, e mesmo dispor do apoio e da participação de grupos quilombolas. Protestos que começavam nas senzalas se estendiam aos mocambos, reforçando lutas cotidianas dos escravizados.

A Revolta do Serro de 1864, liderada por Adão, foi mais que um protesto contra a escravidão. Ali, quilombolas, escravizados e libertos estavam conectados com ideais emancipacionistas, numa atmosfera de circulação atlântica. Projetos de imigração,

processos de emancipação no Caribe e repercussões da Guerra Civil norte-americana (1861-5) que eram debatidos no parlamento reverberavam nos jornais e chegavam às ruas, casebres, senzalas e, quem sabe, até aos quilombos.

Foi o que aconteceu na região do Serro, onde áreas agrícolas, pastoris e mineradoras misturavam diamantes com açúcar, aguardente, milho, arroz, feijão, algodão e fumo. Lavradores, garimpeiros, faiscadores, mascates, tropeiros, constituíam a paisagem local, juntamente com uma população crescente de escravizados e pessoas livres. Por volta de 1840, quase um terço das pessoas eram classificadas como “brancas”, enquanto pouco mais da metade dos livres eram identificados como “pardos”. Já em 1832, os escravizados somavam 56% do total de habitantes. Ainda em 1872, os escravizados que moravam no Serro eram quase 20%, e em Diamantina, cerca de 40%.

Nesse contexto é que surgiram denúncias contra Adão, José Cabrinha, Nuno, Clementino, Demétrio, Chico, Luís e outros. Falava-se de planos de fugas coletivas e de revoltas. Não só isso: comentava-se que escravizados e libertos liam jornais e trocavam mensagens, muitas vezes através de bilhetes e cartas. Numa delas — segundo as investigações policiais realizadas posteriormente — diz-se que teria “vindo ordem para a liberdade dos escravos, e que os brancos estavam escondendo essa ordem”. José Cabrinha contou “que na cidade ia haver guerra, ou levante dos escravos com os brancos a fim de ficarem forros”. Havia, inclusive, denúncias de que muitos escravizados, libertos e quilombolas tinham “formado um plano para haver a liberdade, pois que estavam lendo as folhas, e por elas, viam que todos os escravos estavam livres, mas que

os brancos ocultavam isso, para não chegar ao conhecimento dos escravos”.

Adão, acusado de chefiar o movimento, coordenava a circulação de informações e os contatos com diversas fazendas. A seu favor, havia o fato de ele morar nas proximidades urbanas, uma vez que trabalhava numa loja de alfaiataria, localizada na rua das Flores, no centro do Serro.

Investigações revelariam a existência de cartas trocadas entre escravizados de diferentes regiões, entre o Serro e Diamantina, sendo seus principais autores José Cabrinha e Adão. Nem todos deviam saber ler, mas em Minas Gerais comentava-se a existência de muitos escravizados com algum grau de alfabetização e letramento. Em Paraibuna, no ano de 1865, surgiriam rumores sobre um levante de escravizados, entre os quais pelo menos dois “sabiam ler e escrever”.

A rebelião planejada para o Serro foi abortada após uma delação. No dia 11 de outubro, cerca de quarenta escravizados e libertos encontravam-se presos. Com o objetivo de arrancar confissões, os policiais usaram açoites e palmatórias. O que talvez as autoridades não entendessem era como Adão e seus parceiros estavam tão atentos e a par da circulação de ideias emancipacionistas. Nos interrogatórios, houve quem dissesse “saber ler e escrever mal” ou mesmo “ler muito mal a letra redonda”. Certamente se referiam aos periódicos a que alguns escravizados pareciam ter acesso naquele contexto no Serro. De fato, alguns periódicos, em especial *O Jequitinhonha*, traziam notícias sobre a política internacional e seus conflitos em várias partes das Américas e da Europa. Durante as investigações ficou claro que a rebelião do Serro foi comandada, em sua maior

parte, por escravizados e libertos nascidos no Brasil e, mais exatamente, naquela região mineira. Entre eles havia muitos com ocupações especializadas, como carpinteiros, alfaiates, ferreiros, pedreiros, tropeiros, garimpeiros, sapateiros e marceneiros. Foi essa história de luta e de letramento que revelou ao menos quarenta envolvidos na Revolta do Serro, os quais acabaram presos e indiciados.

FONTES: Clóvis Moura; Isadora Moura Mota.

VEJA TAMBÉM: Ambrósio...; Clara Courá...; Quindomba; Vitória ou Vitorão.

ADHEMAR FERREIRA DA SILVA

1927-2001 | SÃO PAULO; RIO DE JANEIRO

JOÃO DO PULO

1954-99 | PINDAMONHANGABA, SÃO PAULO

NELSON PRUDÊNCIO

1944-2012 | LINS, SÃO PAULO

No século XX, o Brasil conheceu uma nova realidade esportiva, com muitos atletas negros medalhistas olímpicos, especialmente no atletismo e na modalidade de salto à distância. Essa tradição teve início com Adhemar Ferreira da Silva, nascido em 1927, em São Paulo. Adhemar competiu pelo Clube São Paulo e já em 1947 alcançou, num Troféu Brasil, a marca de 13,05 metros. Sua estreia nas Olimpíadas se deu em 1948, nos Jogos de Londres. Nessa edição olímpica mais dois atletas brasileiros disputaram na modalidade de salto à

distância: Geraldo de Oliveira (1919-) e Hélio Coutinho da Silva (1923-). Adhemar foi recordista sul-americano em 1949, pentacampeão sul-americano e, em 1951, 1955 e 1959, conquistaria o tricampeonato pan-americano. Em 1952, ganhou medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Helsinque. Na edição seguinte, em 1956, sagrou-se bicampeão olímpico, nos Jogos de Melbourne. Sua última participação olímpica ocorreu em 1960, em Roma, encerrando sua carreira como atleta do Clube Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. Em 1993, Adhemar foi condecorado com o título de Herói dos Jogos Olímpicos de Helsinque. Em 2000, recebeu a consagração do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) com a medalha Mérito Olímpico, tendo sido considerado o maior campeão olímpico do atletismo brasileiro do século XX, ganhando duas medalhas de ouro em Olimpíadas consecutivas.

A tradição seguiria com Nelson Prudêncio dos Santos, nascido em Lins, interior de São Paulo, em 1944. O atleta participou de várias competições nacionais e sul-americanas, conquistando a medalha de prata no Pan-Americano de 1967 e repetindo o feito em 1971. Ganhou medalha de prata nos Jogos Olímpicos do México, em 1968, e a medalha de bronze na Olimpíada de Munique, em 1972.

A tradição brasileira negra no atletismo olímpico, com atletas de salto à distância e salto triplo, conheceria seu ápice com João Carlos de Oliveira. Também nascido no interior de São Paulo, em Pindamonhangaba, em 1954, ele iniciou sua carreira em 1971. Nos Jogos Pan-Americanos de 1975 foi o recordista mundial com a marca de 17,89 metros no salto triplo, recorde que só seria quebrado dez anos depois. João do Pulo — como ficaria conhecido — ainda se consagraria em duas Olimpíadas,

com as medalhas de bronze nos Jogos Olímpicos de Montreal (1976) e de Moscou (1980).

Depois de deixarem a carreira de atleta, Adhemar Ferreira, Nelson Prudêncio e João Carlos enveredaram para outras áreas. Nelson Prudêncio seguiria a vida acadêmica, formando-se como professor de educação física na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e tendo sido ainda vice-presidente da Confederação Brasileira de Atletismo (2012). Morreu em 2012, aos 68 anos.

João do Pulo sofreu um acidente automobilístico em 1981, e em 1982, depois de dezesseis cirurgias, foi obrigado a amputar uma das pernas. Ainda assim atuaria como vereador e deputado estadual. Em 1999, faleceu aos 45 anos.

Adhemar Ferreira foi nomeado, em 1964, adido cultural na embaixada brasileira em Lagos, na Nigéria, permanecendo no posto até 1967. Atuou no jornalismo, na educação física e no direito e também na política desportiva. Foi, ainda, ator na peça de teatro *Orfeu da Conceição* (1956) e no filme *Orfeu negro* (1959). Destacou-se como ativista, entre os anos 1970 e 1990, fazendo denúncias contra a discriminação racial e lutando pela melhoria das condições de vida da população negra. Faleceu em 2001, aos 73 anos, e em plena atividade.

O legado desses três atletas negros para o atletismo será seguido por inúmeros brasileiros, como José Teles da Conceição (1931-74), que participou das Olimpíadas de 1952, 1956 e 1960 e ganhou medalha de bronze no salto em altura em Helsinque. Morreria tragicamente assassinado em 1974.

Aída dos Santos (1937-) se destacou como atleta de salto em altura. Nascida no Rio de Janeiro, em 1937, participou de duas

Olimpíadas. Foi a primeira mulher brasileira a disputar uma final olímpica, em 1964, tendo sido agraciada com prêmios, títulos e condecorações, como o Troféu Adhemar Ferreira da Silva (2006), o Prêmio Brasil Olímpico (2006) e o Diploma Mundial Mulher e Esporte (2009) pelo Comitê Olímpico Internacional.

Foram muitos os negros e negras que representaram o atletismo brasileiro, vencendo competições nacionais e internacionais. Tomaram parte em jogos pan-americanos e foram medalhistas olímpicos em competições de cem metros, duzentos metros, oitocentos metros, 1500 metros e revezamentos 4×100. Entre outros, vale lembrar dos nomes de André Domingos (1972-), Claudinei Quirino (1970-), Robson Caetano (1964-), Antônio Carlos Gomes (1958-), Zequinha Barbosa (1961-), Cláudio Roberto (1973-), Arnaldo Oliveira (1964-), Agberto Guimarães (1957-), Joaquim Cruz (1963-), Vicente Lenílson (1977-) e Édson Luciano (1972-).

FONTES: Eduardo de Oliveira; Katia Rubio; Nei Lopes.

VEJA TAMBÉM: Irenice Maria Rodrigues.

ADRIANA E MARIA

SÉC. XIX | SÃO LUÍS, MARANHÃO

Em 17 de abril de 1882, o comendador José Maria de Freitas Vasconcelos solicitava ao Juizado de Órfãos de São Luís autorização para levar consigo Nectário e Josefina em viagem à Europa. O tutor das duas crianças era Antônio Lourenço

Brandão, que, na petição, dizia serem elas órfãs e que partiriam na companhia do comendador e de “sua família que muito os estima”. Além disso, elas teriam “suma vantagem”, pois “poderiam receber educação tão desvelada”. Acontece que nem Nectário nem Josefina eram órfãos. Ao contrário, ambos tinham mães — Adriana e Maria — que lutavam para decidir sobre a vida e o destino dos filhos. Elas e outras mulheres escravizadas, ainda em 1871, davam à luz filhos livres (por conta da Lei do Ventre Livre, promulgada nesse mesmo ano), então chamados de “ingênuos” na ocasião do batismo. Todavia, enquanto tal, ainda estavam submetidos legalmente aos senhores de suas mães, pelo menos até os oito anos. Esses (de acordo com a letra da lei) precisariam tratar da educação desses ingênuos. Era possível repassá-los à tutela do Estado, devendo, nessa ocasião, serem indenizados. Por sua vez, mulheres escravizadas que conquistassem a liberdade podiam “livrar” os filhos menores de oito anos. E, caso as crianças fossem vendidas, caberia ao novo proprietário o direito de tutela sobre elas, que deveriam acompanhá-lo.

Existiam muitos ingênuos e suas mães, mulheres negras, escravizadas ou livres, no Brasil da escravidão e da liberdade. E as pesquisas de Cristiane Pinheiro Santos Jacinto e Iraneide Soares da Silva, entre outros, têm revelado as trajetórias delas no Maranhão. Em 1878 estimava-se uma população maranhense de mais de 12 mil crianças nessa condição. Não sabemos se Adriana e Maria eram escravizadas ou libertas. Mas a elas estava negado o direito de decidir sobre a vida dos próprios rebentos. Suas histórias exemplicavam, pois, a experiência de inúmeras mulheres negras que viram a sorte de

seus filhos ser decidida por tutores e juristas, ainda nas últimas décadas do século XIX.

Ao mesmo tempo, crianças negras consideradas órfãs, segundo a nomenclatura jurídica, eram inseridas compulsoriamente no mercado de trabalho sob título disfarçado de tutela. Crianças brancas e crianças negras tinham destinos muito distintos nessa sociedade marcada pela linguagem e pela realidade violenta da escravidão.

FONTES: Cristiane Pinheiro Santos Jacinto; Iraneide Soares da Silva; Josenildo de Jesus Pereira; Maria Aparecida C. R. Papali; Marília B. A. Ariza.

VEJA TAMBÉM: Basília; Eva e Francelina; Juliana.

AFRA JOAQUINA VIEIRA MUNIZ

SÉC. XIX | SALVADOR, BAHIA

Afra Joaquina vivia em Salvador e era casada com seu ex-senhor, Sabino Francisco Muniz, de origem africana como ela, o qual, uma vez liberto, pagou pela liberdade da esposa ao mesmo tempo que se tornou proprietário de outros escravos. Sabino morreu entre 1870 e 1872, deixando todos os seus bens para a mulher e a liberdade para duas escravizadas de nome Severina e Maria do Carmo, contanto que permanecessem ao lado de Afra até a morte desta.

Na década de 1870, a insegurança com relação ao sistema começava a ser sentida por muitos, inclusive indivíduos livres e forros. E nessa situação encontravam-se as duas libertas, de

propriedade da africana Afra, que residia em Salvador, na rua do Cabeça.

Segundo Ricardo Caires, no dia 7 de junho de 1872, as forras impetraram uma ação de liberdade sob a alegação de que sofriam castigos e sevícias por parte da viúva e de seu filho Leôncio, que fazia cinco meses retornara da costa africana.

Em prol de suas defesas, as libertas contaram com o auxílio de três testemunhas. Segundo o liberto Lázaro Souto, “maior de cinquenta anos, solteiro, natural da África, após a volta do filho de Afra, Maria do Carmo e Severina” passaram a ser “continuadamente maltratadas e mal alimentadas, procedimento este praticado pelo referido Leôncio com o apoio e consenso da referida Afra”. O marceneiro Augusto Inácio dos Santos, solteiro, de 23 anos, afirmou ter ouvido o filho de Afra dizer “em altas vozes que havia de dar destino às ditas Severina e Maria do Carmo reduzindo-as a dinheiro”. Já o sapateiro José dos Reis, natural de Havana, disse “que depois de as ver naquele estado requereu à Subdelegacia de São Pedro, pedindo providência a tal respeito”. Contou ainda que Afra Joaquina se negava a oferecer comida e vestuário às libertas; dizia que planejava vender, junto com seus escravos, também Severina e Maria do Carmo; e ameaçava levá-las de volta à Casa de Correção.

Tendo em mãos tais depoimentos, o advogado Vítor Isaac de Araújo entrou com pedido de alforria incondicional de Severina e Maria do Carmo. Mesmo assim, os advogados Arnóbio Pereira de Albuquerque e José Pereira de Albuquerque ainda tentaram argumentar que as libertas não haviam entregado provas

consistentes para o julgamento e que os testemunhos eram todos “suspeitos”.

Já o juiz Inácio Carlos Freire de Carvalho (?-1877) desconsiderou o pedido das libertas, e a decisão foi ratificada em dezembro de 1874 pelo Tribunal da Relação. Severina e Maria do Carmo acabaram obrigadas a servir a Afra até que ela morresse. Mais, não sabemos; esses e outros casos mostram como eram variados e complexos os mundos que a escravidão criou.

FONTES: Cecília Moreira Soares; Ricardo Tadeu Caires Silva.

VEJA TAMBÉM: Felicidade (séc. XIX)...; Maria (séc. XIX).

AGNALDO DOS SANTOS

1926-62 | ITAPARICA E SALVADOR, BAHIA

Agnaldo Manuel dos Santos nasceu em 1926, num vilarejo baiano da Gamboa, na face norte da ilha de Itaparica, chamado Fonte de Beber. Órfão de pai e mãe, descendente de negros e de indígenas, começou a trabalhar com apenas dez anos. Antes de se tornar escultor e artista, fez bicos na roça, foi lenhador, fabricante de cal e mineiro numa caieira.

Em 1947, foi contratado como vigia e depois como ajudante e aprendiz no ateliê de Mário Cravo Jr. (1923-2018). Trabalhando por lá teve acesso não só aos materiais e técnicas usados pelo artista como às fontes de inspiração da arte africana. A partir de 1953, passou a produzir seus próprios trabalhos.

Suas primeiras esculturas já revelavam um profundo senso estético, que se assemelhava às artes tradicionais africanas, muito embora Agnaldo nunca as tivesse estudado formalmente. Ele se aproximou, então, do fotógrafo Pierre Verger (1902-96), que lhe apresentou imagens de esculturas africanas. Foi a partir delas que o escultor incluiu nas peças olhos amendoados e outros detalhes em consonância com o universo afro-atlântico.

A influência africana, sobretudo ioruba e bantu, seria fundamental, e Agnaldo talharia a madeira criando uma obra de natureza antropomórfica, com figuras que evocavam orixás e outras deidades. Mas a arte de Agnaldo não obedecia diretamente a nenhum modelo de sociedade africana, sendo reapropriada por padrões locais. Por exemplo, o escultor utilizava, preponderantemente, matérias-primas nacionais como a jaqueira, o ipê e o pau-d'arco e sobre elas fazia uso de uma técnica africana de escurecer a madeira com substâncias naturais, tornando-a brilhante e densa.

Logo após deixar o ateliê de Mário Cravo, a carreira de Agnaldo decolaria. Em 1956 obteve a Medalha de Prata no VI Salão Baiano de Belas Artes, realizado em Salvador. No ano seguinte participou da IV Bienal de São Paulo. Também em 1957 tomaria parte da exposição Artistas da Bahia, que teve lugar no Museu de Arte Moderna, em São Paulo. Ainda nesse ano, abre sua primeira exposição individual, na Petite Galerie, no Rio de Janeiro, que passou a lhe fazer encomendas regulares, propiciando-lhe maior estabilidade financeira. Essa exposição lhe valeu, igualmente, um financiamento para viajar à região do rio São Francisco, onde conheceu escultores populares de

carrancas e estudou com Francisco Biquiba Lafuente Guarani (1884-1985), que foi, por assim dizer, seu segundo mestre nas artes plásticas e lhe ensinou a trabalhar com o cedro.

Mestre Guarani aguçou o interesse de Agnaldo pelas carrancas, visto que atuava também como intermediário comercial no resgate dessas belas peças que, ademais, pela falta de uso, já começavam a escassear. Mestre Biquiba Guarani era quem “salvava” tais peças encontradas nas margens do São Francisco, enviando-as a Agnaldo, que, a partir de Salvador, alimentava galerias do Rio de Janeiro. Ele também teve contato com algumas obras de arte vindas do Museu do Dundo, de Angola, por ocasião dos Colóquios Luso-Brasileiros de 1959. Sua obra foi ficando cada vez mais orientada pelo diálogo entre linguagens escultóricas presentes em todo o eixo afro-atlântico.

Em 1959 e em 1961, Agnaldo foi convidado para o Salão Nacional de Arte Moderna. No fim da década de 1950, viu sua saúde se deteriorar por complicações decorrentes do mal de Chagas. Ele morreria muito jovem, em 1962, aos 35 anos, na cidade de Salvador. Mas seu reconhecimento nacional e internacional só cresceria.

A obra de Agnaldo dos Santos continua a estar presente em exposições contemporâneas, que vêm recolocando a arte afro-brasileira — durante tanto tempo classificada, pejorativamente, como “artesanato” ou “arte popular” — no lugar que merece. Uma arte que rompe barreiras e se reinventa num verdadeiro trânsito de imagens no circuito afro-atlântico.

FONTES: Clarival do Prado Valladares; Emanuel Araújo; Juliana Ribeiro da Silva Bevilacqua; Kabengele Munanga; Nelson Aguilar;

Renato Araújo da Silva; Sylvia Menezes Athayde.

VEJA TAMBÉM: Heitor dos Prazeres; Mestre Didi; Rubem Valentim; Sidney Amaral.

AGOSTINHA

SÉC. XIX | CAMPINAS, SÃO PAULO

Vários escravizados, sobretudo no século XIX, acionaram a Justiça imperial com ações de liberdade, em que reivindicavam alforria, reclamavam de castigos, das condições de trabalho e do cativeiro ilegal. Porém, muitos foram os cativos que ficaram submetidos às violências dos seus senhores, sobretudo em áreas rurais. Mesmo quando faziam denúncias que podiam reverberar na imprensa e gerar processos criminais, os fazendeiros acabavam sendo inocentados ou nem chegavam a ser investigados pelas autoridades policiais.

O estudo de Elciene Azevedo (1973-) nos apresentou Agostinha, nascida cativa no Brasil no segundo quartel do século XIX, e sua trajetória incomum. Em 1857, o jornal *Avassoyaba* publicou as queixas de Agostinha, que revelaram o cotidiano de violência numa fazenda de café localizada em Campinas. Segundo a escravizada, havia na fazenda um cemitério clandestino, denominado “cemitério de escravos assassinados”. Em face de tais delações, a sociedade campineira se viu diante de um debate público, que, segundo fazendeiros locais, podia gerar “ânimo da escravatura” na região.

Promotores, delegados, redatores de jornais e até mesmo o vigário foram acionados, assim como outros fazendeiros. Em

meio àquela atmosfera tensa, apareceu a notícia de que um cativo de José de Barros Dias havia se suicidado. Já Agostinha afirmou ter fugido, pois estava “resolvida firmemente a suicidar-se antes do que para lá voltar”. Ela proferiu os nomes de Guilherme, Miguel, Rosane, Joana, André e outros, como os cativos “mortos em castigo, e enterrados”, alguns nos “matos do sítio” e os demais em outras “paragens” e “pontos que [...] ignorava”.

As delações de Agostinha ganharam desdobramentos com novas investigações e mais denúncias anônimas. Castigos e mortes executados pelo feitor, com a total conivência de Barros Dias e de sua esposa, seriam — segundo algumas versões — provocados pelo “medo senhorial”, pois diziam temer serem envenenados e acusavam a existência de feiticeiros entre os cativos da fazenda.

As repercussões aumentaram. Em 1861, foi instaurada uma queixa-crime contra Barros Dias, sua esposa Inácia Joaquina Duarte e o feitor Eleutério de Andrade, que era, ele próprio, um escravizado. A principal acusação era a morte de doze cativos por sevícias. Desde a denúncia até o desenrolar do processo, Agostinha ficou sob a posse de um curador. Enquanto isso, fazendeiros, magistrados, jornalistas, autoridades provinciais e policiais se digladiariam entre 1857 e 1861, quando foi finalizada a ação judicial. Estava em jogo o julgamento criminal e moral de um importante fazendeiro da região, além da possibilidade de intervenções jurídicas no poder senhorial.

Barros Dias acabaria absolvido, mas a opinião pública provocou grandes constrangimentos aos senhores de Campinas — coração do mundo do café paulista.

FONTES: Elciene Azevedo; Maíra Chinelatto Alves; Maria Helena P. T. Machado; Robert W. Slenes.

VEJA TAMBÉM: Ângela e Geralda; Felicidade...; João e Timóteo.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

1915-82 | SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO, BAHIA; RIO DE JANEIRO

Nascido em Santo Amaro da Purificação em 1915, filho de Vítor Juvenal Ramos e Romana Guerreiro Ramos, o baiano Alberto Guerreiro Ramos é um dos mais importantes intelectuais acadêmicos negros do século XX. Frequentou bons colégios no estado, tendo sido ligado a grupos e intelectuais integralistas quando jovem. Depois mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se formou na Faculdade Nacional de Filosofia e desenvolveu uma carreira exitosa na produção da sociologia brasileira.

Guerreiro Ramos atuou na Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ) nas décadas de 1940 e 1950, tendo sido contemporâneo de Artur Ramos (1903-49), Costa Pinto (1920-2002) e Darcy Ribeiro (1922-97), entre outros. Em meados dos anos 1940, aproximou-se de Abdias do Nascimento (1914-2011) e de outros artistas e intelectuais negros e negras, participando dos projetos políticos e de formação do TEN (Teatro Experimental do Negro) e colaborando na Conferência Nacional do Negro (1949) e no Congresso do Negro Brasileiro (1950).

Guerreiro Ramos instauraria um debate teórico e político com Costa Pinto e outros intelectuais, que, desde Artur Ramos, procuravam tornar-se hegemônicos nesse campo. Num texto

clássico — “Patologia social do ‘branco’ brasileiro” —, o sociólogo chamava a atenção para os aspectos culturalistas dos estudos e pesquisas (parte deles financiados pelo Projeto da Unesco, 1951-2) sobre relações raciais e suas análises, por ele consideradas “generalizantes”.

Em meio a polêmicas, publicou a *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, escrita com o intuito de responder às críticas que recebera no encontro de 1953. De acordo com Guerreiro Ramos, existiriam duas vertentes de pensamento sociológico: a “consular” e “enlatada” e a “autêntica” ou promotora do “autoconhecimento”. A primeira seria “acadêmica e estrangeirada”; a segunda levaria à “autodeterminação”, por se obstar à simples importação de ideias e conceitos.

O sociólogo, que assessorou Getúlio Vargas (1882-1954) em seu segundo governo, passaria a lecionar na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Em 1955, ajudaria a fundar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), ao lado de Hélio Jaguaribe (1923-2018), Nelson Werneck Sodré (1911-99) e outros. Em 1958 saiu *A redução sociológica*, em cujas páginas o autor reafirma os princípios de sua sociologia, que pressupõe “compromisso consciente” e “engajamento”, e que trata de uma absorção crítica das teorias científicas do estrangeiro, as quais precisariam ser adequadas ao nosso contexto social.

Foi secretário do Grupo Executivo de Amparo à Média e Pequena Empresa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), assessor da Secretaria de Educação da Bahia

e técnico de administração do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), assim como professor do Departamento Nacional da Criança e dos cursos de sociologia e problemas econômicos e sociais do Brasil, promovidos pelo Dasp. Atuou também como delegado do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1961, publicou *Crise e poder no Brasil* e, em 1963, *Mito e verdade da revolução brasileira*. Nesse livro, o autor realiza o que define como “a crítica revolucionária da revolução brasileira”, condensando, entre outros, a intensa polêmica no interior das esquerdas, entre os socialistas e os nacionalistas.

Com o golpe militar, em 1964, o Iseb foi extinto. Nesse contexto, Guerreiro Ramos teve seus direitos políticos cassados, uma vez que havia sido eleito deputado federal em 1962, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Solicitou exílio, indo lecionar nos Estados Unidos em 1966. Ali continuaria a sua carreira acadêmica nos anos 1970, na Universidade do Sul da Califórnia. Ele faleceu em Los Angeles, em 1982. Era casado com Clélia Guerreiro Ramos (?-2019), com quem teve dois filhos.

Vários são os autores e estudos sobre a trajetória e as contribuições de Guerreiro Ramos, mas, a despeito disso, ainda não tem o lugar que merece na história do pensamento social brasileiro. Ele foi o primeiro a defender um pensamento decolonial e a relevância das análises feitas por pesquisadores negros acerca da assim chamada “questão racial” no Brasil.

FONTES: Américo Freire; Andréa de Oliveira Gonçalves; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães; Christian Edward Cyril Lynch; José Jorge Siqueira; Lúcia Lippi Oliveira; Maria Angelica Motta-Maués; Marcos

Chor Maio; Mauro Guilherme Maidana Capelari; Muryatan Barbosa; Yedda Beatriz Gomes de Almeida Dysman da Cruz Seixas Singer Afonso.

VEJA TAMBÉM: Abdias do Nascimento; Carlos Alberto Oliveira dos Santos; Carlos Marighella; Claudino José da Silva; Clóvis Moura; Milton Santos.

ALCIDES DE FREITAS CRUZ

c. 1867-1916 | PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL

Alcides de Freitas Cruz foi professor, advogado e deputado. Nasceu em Porto Alegre, por volta de 1867, e era filho de Manuel Pinto Lacerda da Cruz (18??-68) e de Adelaide Leopoldina de Freitas (1830-79). Seu pai e os avós paternos eram naturais de Pernambuco, enquanto os avós maternos provinham do Rio Grande do Sul. A avó materna chamava-se Estefânia Maria da Assunção (1794-1884), batizada como “parda”, e a bisavó, de nome Eva, era uma africana benguela.

Com apenas um ano de idade ele ficou órfão de pai, sendo criado pela mãe e pelo tio materno, Leopoldino Joaquim de Freitas (1818-89), que teria grande influência sobre sua formação e trajetória. Estudou no Ginásio São Pedro e no Colégio Souza Lobo, recebendo, em 1885, o diploma de agrimensor pela Escola Militar em Porto Alegre. Em 1891 mudou-se para São Paulo, ingressando na Faculdade de Direito.

Suspendeu o curso em 1893 e transferiu-se para o Rio Grande do Sul. Durante a Revolução Federalista (1893-5), integrou o 7º Batalhão da Guarda Nacional. Em 1895, voltou para São Paulo,

concluiu o curso de direito e mudou-se novamente para seu estado natal em 1900, quando foi nomeado para o cargo de promotor público. No ano seguinte, fundou a Escola Livre de Direito e foi eleito deputado estadual. Em 1913, Alcides escreveu no jornal *A Federação*: “Não sou branco, porque minha mãe e minha avó e minha bisavó não o eram; mas [...] aqui viveram, como muitas famílias de cor”.

Paulo Roberto Staudt Moreira (1962-) e Vanessa Gomes de Campos mostram como Alcides faz parte de uma geração que conheceu — não necessariamente como cativos ou filhos de cativos — a sociedade escravista e os preconceitos contra a população negra. Atuando no campo das letras, do jornalismo e da política, ele veria de perto os limites, os discursos e as práticas que impuseram muitos obstáculos a pessoas negras nas últimas décadas oitocentistas e no alvorecer do século XX, ainda que seus integrantes fossem alfabetizados e participassem de círculos letrados.

Mesmo assumindo sua identidade étnica, Alcides foi alvo de perseguições e definições racistas nos debates políticos e jornalísticos. Certa vez escreveu: “Não sei que vantagem há de chamar-se mulato a um homem que não tem vergonha de o ser”.

Atuando no associativismo político republicano e no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), Alcides foi chamado de “gorila”, “negro alugado ao governo”, entre outros. Em 1913, ele afirmou: “Sim, não sou branco; mas não deploro que a natureza tivesse sido avara em dar à minha pele menos alvinitência que a outros, acidente que afinal não dá para deplorar, pois em nada

me há prejudicado na estima dos homens de bem e consideração da melhor sociedade”.

Alcides era casado com Severina Pereira da Cruz (18??-1916), e a filha do casal, Zoé Cruz Barcelos, nasceu em 1899. O advogado morreu em 1916, aos 49 anos, em Porto Alegre, vitimado pela tuberculose, doença que mais matava, nesse contexto, no Brasil.

FONTES: Paulo Roberto Staudt Moreira; Vanessa Gomes de Campos.

VEJA TAMBÉM: Aurélio Veríssimo de Bittencourt; Sofia Ferreira Chaves.

ALEIJADINHO

1730-1814 | OURO PRETO, MINAS GERAIS

Antônio Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho, nasceu em Cachoeira do Campo, distrito de Vila Rica, hoje Ouro Preto, Minas Gerais, no dia 29 de agosto de 1730. A vida do artista não é de todo conhecida. Ao que se sabe, ele era “filho natural”, bastardo, de um mestre de obras português, Manuel Francisco Lisboa (?-1767), que foi um dos primeiros arquitetos atuando em Minas. Sua mãe era uma escravizada — não se sabe ao certo se africana ou crioula (como eram chamados os já nascidos no Brasil) — e se chamava Isabel. Conta-se que Aleijadinho teve as primeiras aulas com o pintor João Gomes Batista (c. 1708-88). No entanto, as fontes convergem em dizer que sua formação profissional e artística esteve ligada às atividades do pai e à oficina de um tio, Antônio Francisco

Pombal, conhecido entalhador de Vila Rica. Há quem destaque ainda sua relação com o abridor de cunhos João Gomes Batista (?-1788) e com o escultor e entalhador José Coelho de Noronha (1705-65), criador de várias igrejas da região. Aleijadinho sabia ler e escrever, mas cursou apenas a escola primária.

Testemunhas de época o definiram como pardo, de pele escura, com uma voz forte e baixa estatura. Tinha cabelos pretos e crespos, orelhas grandes e pescoço curto, colado ao tronco atarracado. Quando estava com cerca de quarenta anos, o artista começou a desenvolver uma doença degenerativa nas articulações. O apelido que o celebrizou veio dessa enfermidade, que o deformou aos poucos e cuja exata natureza continua sendo objeto de controvérsia. Alguns dizem que ele teria contraído sífilis; outros, que foi lepra; outros, ainda, que uma tromboangeíte obliterante ou ulceração gangrenosa das mãos e dos pés o vitimaram. Há quem explique, também, que ele sofria do que na época se chamava de “lepra nervosa”, uma infecção crônica que atinge justamente os tecidos mais superficiais, sobretudo a pele e o sistema nervoso periférico. De concreto, sabe-se apenas que, quando perdeu os dedos dos pés, Aleijadinho passou a andar de joelhos, protegendo-os com dispositivos de couro, ou a ser carregado. Ao perder os dedos das mãos, começou a esculpir com o cinzel e o martelo amarrados aos punhos.

Mesmo com tantas limitações físicas, prosseguiu trabalhando na construção de igrejas e altares nas cidades mineiras. São desse período a igreja de São Francisco de Assis e a de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (ambas localizadas em Ouro Preto). Segundo vários críticos, o ponto mais alto da sua

arquitetura seria atingido com o projeto desta última igreja, que começou a ser erguida em 1740 e só foi terminada em 1772. O edifício conta com pinturas no teto de autoria de outro importante artista, Manuel da Costa Ataíde (1762-1830).

Em 1767, seu pai viria a falecer, deixando nosso personagem acompanhado por alguns irmãos. Entre estes, estava o padre Félix Antônio Lisboa (1755-1838), com quem Aleijadinho provavelmente apurou o latim. Em 1772, o artista ingressou na Irmandade de São José e, em 1775, teve um filho; nascido no Rio de Janeiro e batizado com o nome de Manuel Francisco Lisboa, em homenagem ao avô. A mãe da criança chamava-se Narcisa Rodrigues da Conceição e, ao que consta, Manuel seguiu a vocação do pai.

Em Sabará, no ano de 1779, executou encomendas relativas à ornamentação interna e externa da igreja da Ordem Terceira do Carmo. A obra e o nome de Aleijadinho alcançaram grande fama após 1790. Durante mais de vinte anos, Aleijadinho foi requisitado, sucessivamente, por diversas vilas coloniais das Gerais, sendo, por vezes, obrigado a se ocupar com obras de duas ou mais cidades no mesmo período.

Data da época em que já se encontrava doente o conjunto de esculturas realizado entre 1800 e 1805: os Passos da Paixão e os Doze Profetas, da igreja de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas do Campo, em Minas Gerais. Esse trabalho, formado por 66 imagens religiosas esculpidas em madeira e doze feitas de pedra-sabão, é um dos mais representativos do barroco tardio brasileiro. O santuário é constituído por uma igreja em cujo adro estão as esculturas dos profetas Isaías, Jeremias, Baruque, Ezequiel, Daniel, Oseias, Jonas, Joel, Abdias,

Habacuque, Amós e Naum. Na ladeira que dá de frente para a igreja, compondo o conjunto arquitetônico do santuário, foram construídas seis capelas chamadas de “Passos da Paixão de Cristo”.

Alguns documentos, inclusive recibos de época, atestam a existência de um ateliê de Aleijadinho. Pelo que se sabe, a chefia e a condução dos trabalhos ficavam sob os cuidados dele mesmo, enquanto o acabamento e a finalização de peças especiais, como as que estão dispostas nos Passos de Congonhas, eram responsabilidade de assistentes.

Se era muito admirado em seus dias, visto que as encomendas nunca lhe faltaram, com o tempo a produção do Aleijadinho caiu no esquecimento, só voltando a despertar interesse após a publicação da biografia escrita por Rodrigo Bretas em 1858. Jurista e deputado mineiro, Bretas (c. 1815-66) escreveu a obra sem utilizar fontes primárias, pautando-se por uma entrevista que fez com Joana, nora de Aleijadinho, a qual recebeu o pesquisador já bastante adoentada, em seus dois últimos anos de vida. O pesquisador talvez tenha se inspirado em personagens literários populares do século XIX, como Quasímodo, do livro de autoria de Victor Hugo (1802-85) *O corcunda de Notre-Dame* (1831). Foi apenas nas décadas de 1920 e 1930 que os modernistas paulistanos viram em Aleijadinho a expressão maior da “cultura mestiça brasileira”, nos termos de Mário de Andrade (1893-1945).

A despeito do sucesso alcançado ainda em vida, o artista morreu pobre, doente e abandonado, provavelmente em 1814. Dizem que estava deitado sobre um estrado, na casa de seu filho, na mesma Vila Rica onde nascera. O corpo de Aleijadinho

*image
not
available*

Como mostraram Francisco de Assis Barbosa e Lilia M. Schwarcz, o caso de Geraldina lembra outras experiências de mulheres africanas: ganhou a liberdade, mas ficou atada por laços de fidelidade e afeto à família à qual pertencera. Já Amália sabia ler e escrever com perfeição. Com a ajuda de seu padrinho, Miguel Pereira de Carvalho, e da família dele, ela fundaria seu colégio, o Santa Rosa, que figuraria no *Almanak Laemmert* entre as 94 principais instituições de ensino da Corte.

Amália se casou com o tipógrafo João Henriques de Lima Barreto (c. 1851-1922), que a conheceu por frequentar a casa dos Pereira de Carvalho. Ela estava com catorze anos, e ele, com 25. O matrimônio ocorreu em dezembro de 1878, tendo como padrinho Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), futuro visconde de Ouro Preto.

E foi para o endereço da escola de Amália Augusta que eles se mudaram. Ao contrário de sua mãe, Amália tinha tudo para se afastar do destino que lhe fora reservado como “ingênuas”. Mas o futuro não seria exatamente esse.

Ela teve um primeiro parto difícil, em setembro de 1879. O primogênito, Nicomedes, resistiria apenas oito dias. Como consequência, Amália sofreu traumatismo e paralisia nas pernas, o que a obrigou a usar muletas para sempre. Em seguida, ela daria à luz praticamente um filho por ano: Afonso Henriques em 1881 e Evangelina em 1882.

Amália passaria a sofrer também “dos pulmões”, e a família sempre mudaria de endereço, na esperança de encontrar melhores condições climáticas. Ainda assim, a doença só se agravava enquanto Amália esperava um quarto bebê, Carlindo,

*image
not
available*

VEJA TAMBÉM: Antonieta de Barros; Francisco de Paula Victor; Hemetério José dos Santos; João Henriques de Lima Barreto; Lima Barreto; Machado de Assis; Phelipe José Alberto Jr.; Pretextato dos Passos e Silva.

AMARILDO DIAS DE SOUZA

c. 1965-2013 | RIO DE JANEIRO

Amarildo era o sétimo filho de uma empregada doméstica e de um pescador. Ele e mais onze irmãos moravam na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Começou a trabalhar ainda criança, aos doze anos, vendendo limão.

Anos depois casou-se com Elizabeth Gomes da Silva (1966-), com quem teve seis filhos. Todos moravam numa casa com um único cômodo. De tanto trabalhar duro como pedreiro ganhou o apelido de “Boi”. Era conhecido por estar sempre na ativa e, quando de folga, ainda fazia uns bicos na comunidade.

Entre os dias 13 e 14 de julho de 2013, uma operação policial com o revelador nome de Paz Armada, composta de trezentos policiais, realizou um arrastão nos arredores da favela. Segundo os dados da própria polícia, trinta pessoas acabaram presas, entre elas Amarildo. Ele, que não tinha passagem pela polícia, foi detido enquanto voltava de uma pescaria e conduzido por policiais militares até a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da comunidade, na noite do dia 14. Ficou menos de uma hora na unidade e logo foi solto. Para desespero da família, que registrou o desaparecimento no dia 16 e nunca mais teve notícias do paradeiro dele.

Aberto um processo, foram ouvidos os policiais envolvidos no caso, que alegaram que as duas câmeras que ficavam em frente à UPP não estavam funcionando, e que também os GPS dos carros de polícia encontravam-se “misteriosamente” desligados. Um detalhe importante: das 84 câmeras na Rocinha, apenas as da UPP apresentaram “problemas” naquela noite.

Na versão da polícia também consta que os PMs teriam confundido Amarildo com um traficante de drogas com mandado de prisão. No entanto, uma auditoria militar revelou que o ex-comandante da UPP da Rocinha, major Edson Santos, subornou uma moradora da comunidade, Lucia Helena da Silva Batista, para que desse um falso testemunho. Lucia Helena, que primeiro indicou o traficante Thiago da Silva Neris como assassino de Amarildo, no depoimento seguinte explicou que fora intimada pelo major a dar essas informações.

Apenas três anos depois, em 2016, doze dos 25 policiais militares denunciados pelo desaparecimento e morte de Amarildo foram condenados em primeiro grau. Entretanto, em 2019, a 8ª Câmara Criminal da Justiça do Rio de Janeiro absolveu quatro dos doze policiais acusados.

Mas o processo não parou por aí. Em junho de 2016, a Justiça condenou o governo do estado do Rio a pagar uma indenização à família de Amarildo. Todavia, até hoje eles nada receberam. O caso de Amarildo não permaneceu, porém, no silêncio que costuma acompanhar esse tipo de assassinato, pois virou símbolo de abuso de autoridade e de violência policial. Nas redes sociais, uma ampla campanha com o nome de “Onde está o Amarildo?” angariou milhares de seguidores e contou com o

apoio de movimentos como o Rio de Paz, as Mães de Maio e a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência.

O desaparecimento de Amarildo ficou conhecido internacionalmente quando litografias foram espalhadas com o seu retrato, pedindo justiça. Mesmo assim, ainda não sabemos onde está o corpo de Amarildo; uma entre as inúmeras vítimas negras, jovens, moradoras de nossas periferias, que vêm sendo assassinadas, cotidiana e impunemente, pela violência policial, sem políticas efetivas de reconhecimento e de ressarcimento por parte do estado brasileiro.

“Onde está Amarildo?”

FONTE: Leandro Resende.

VEJA TAMBÉM: Cláudia Silva Ferreira; Edmeia da Silva Euzébio; Marielle Franco; Robson Silveira da Luz.

AMBROSINA

SÉC. XIX | MOGI MIRIM E TAUBATÉ, SÃO PAULO

Imagem clássica da escravidão, as amas de leite — incontáveis mulheres negras, africanas, libertas, nascidas no Brasil, escravizadas, jovens, maduras, com filhos ou separadas deles — conviveram com gratidão, desprezo, solidão, discriminação, ausências, afeto e dor. Ainda mais invisíveis são seus filhos. A maior parte das amas contratadas trazia seus rebentos consigo, que acabavam, via de regra, abandonados, diante das jornadas compulsórias de amamentação dos filhos das senhoras.

É bom que se diga que não eram apenas mulheres negras e escravizadas que atuavam como amas de leite. Em cidades como Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Recife e Belém, com forte presença de imigrantes na segunda metade do século XIX — sobretudo portugueses e espanhóis —, desenvolveu-se um mercado de trabalho para mulheres de várias origens. Em Belém do Pará, no fim desse século, os periódicos destacariam frases como “preferem-se brancas”, numa alusão às profissionais europeias. No entanto, até meados do século XIX, a grande maioria das amas de leite eram mulheres negras, escravizadas ou libertas, muitas delas africanas.

Encontramos Ambrosina em São Paulo, mais especificamente em Taubaté, nos últimos anos de cativeiro: entre 1886 e 1887. Nascida no Brasil, residia em Mogi Mirim e pertencia ao dr. Alexandre Coelho. Nos conta a historiadora Maria Helena P. T. Machado que, nesse caso, eram conhecidos apenas os nomes de seus pais, Abrão e Eva, que haviam sido cativos do falecido Manuel Gurgel, de quem nada mais sabemos.

Ambrosina era uma escravizada solteira, mucama e analfabeta. Seu suplício se iniciou quando o juiz municipal de Mogi Mirim, Benedito Filadelfo de Castro (1856-1929), fez uma viagem e hospedou-se durante uma temporada em Taubaté, logo após o nascimento de seu segundo filho, de nome Benedito. Foi dele a ideia de contratar a ama de leite. Ainda que a contragosto, Ambrosina acabou mudando-se junto com a família dele, e levando consigo seu próprio filho pequeno.

*image
not
available*

meados de 1740, começariam a ser realizadas ações sistemáticas de repressão a ele. Aliás, de tão conhecido, a terminologia “quilombo do Ambrósio” já fazia parte da paisagem colonial mineira desde o fim da primeira metade do Setecentos.

Em 1746, o governador Gomes Freire de Andrade (1685-1763) resolveu mobilizar recursos e tropas para aniquilar o quilombo de Ambrósio e seus numerosos habitantes. As despesas orçadas para isso alcançaram 1500 oitavas de ouro. As câmaras de Vila Rica, Mariana, São João del-Rei e Vila Real contribuíram cada uma com 250 oitavas, tendo a Vila Real de Sabará oferecido quinhentas oitavas. A repressão teve, porém, pouco efeito. Em 1751, o conde de Bobadela (1685-1763) enviou correspondência aos juízes e oficiais do Senado da Câmara da Vila de Rio das Mortes e São João del-Rei informando sobre o “prejuízo que causavam” os pretos “que estavam aquilombados em Campo Grande”. Por isso, em 1759, uma grande expedição repressora seria realizada sob o comando de Bartolomeu Bueno do Prado (?-1768).

Com base numa documentação original — plantas que se encontram na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional —, pesquisadores chamaram a atenção para diversos aspectos reveladores da estrutura socioeconômica, do sistema de defesa e da cultura material criada no quilombo do Ambrósio. Numa expedição ocorrida em 1769, foram localizados cerca de oito mocambos, entre os quais algumas ruínas abandonadas. Na planta, há a descrição da disposição espacial de mais de trinta habitações denominadas “casas do Centro do Quilombo”. Em 1746, o governador Gomes Freire de Andrade já comunicava que no quilombo do Ambrósio viviam “mais de seiscentos

negros que consta estarem com rei e rainha em quilombo, a quem rendem obediência”. Na mesma ocasião, o rei de Portugal recebia notícias de que ali havia mocambos com mais de vinte anos. No ano seguinte, uma tropa enviada para a região do Campo Grande, onde também se situava o Ambrósio, atacou um “pequeno quilombo de cento e tantos negros”, deixando mais de setenta mortos e sessenta presos. Um documento do governador de Minas, datado de 1759, revelava haver filhos de quilombolas com doze anos nascidos já nos mocambos.

As escavações arqueológicas realizadas por Carlos Magno Guimarães nas ruínas do quilombo do Ambrósio encontraram “um painel de pinturas” sugerindo a produção artística dos quilombolas; no caso, a representação de alguma festa religiosa ou ritual, sob forma de dança. Para o sistema de defesa no Ambrósio, as plantas e as pesquisas arqueológicas são indicativas de estratégias como a utilização de estrepes, fossos, falsas entradas e trincheiras. Fontes de 1746 revelaram que os quilombolas se defenderam por mais de 24 horas, sendo “preciso atacá-los com fogo e dar terceiro assalto” para que se rendessem. Investigações recentes encontraram vestígios de “fossos” nos sítios arqueológicos do quilombo do Ambrósio, confirmando os dados existentes desde 1924, que explicavam haver ali “verdadeiras trincheiras suficientemente largas e profundas”.

As pesquisas de Aires da Mata Machado Filho (1909-85), Carlos Magno Guimarães, Clóvis Moura (1925-2003) e Waldemar de Almeida Barbosa (1907-2000) revelaram muito acerca do quilombo do Ambrósio. Mas informações sobre a estrutura interna de outros quilombos mineiros, sobre sua

organização, tentativas de destruição e acerca de seus líderes são ainda raras. Vale a pena ressaltar que, a partir de 1755, o problema dos quilombos mineiros começaria também a ser associado ao chefe de nome Bateeiro — sugerindo um apelido herdado dos africanos mineradores que usavam bateias na exploração aurífera. A última grande liderança quilombola mineira foi Isidoro, cujo nome é lembrado até 1809, sendo inclusive mencionado nas *Memórias do Distrito Diamantino*, de autoria de Joaquim Felício dos Santos (1822-95).

FONTES: Aires da Mata Machado Filho; Ana Lúcia Duarte Lanna; Carlos Magno Guimarães; Clóvis Moura; Francisco Vidal Luna; Iraci del Nero da Costa; Liana Maria Reis; Miguel Costa Filho; Waldemar de Almeida Barbosa.

VEJA TAMBÉM: Adão; Clara Courá...; Ganga-Zumba; Quindomba; Vitória ou Vitorão; Zumbi.

AMÉLIA ROSA

SÉC. XIX | ALCÂNTARA E SÃO LUÍS, MARANHÃO

Na década de 1870, as autoridades policiais de São Luís do Maranhão estavam às voltas com denúncias contra Amélia Rosa. Dizia-se que, “em dias especiais”, diversas “pessoas de cor” se reuniam para consultar suas profecias. Apelidada de Rainha da Pajelança, ela era acusada de feitiçaria e de realizar práticas africanas e indígenas. Jornais de São Luís (com matérias prontamente reproduzidas em periódicos de São Paulo e do Rio), entre 1876 e 1878, andavam repletos de notícias sobre a prisão e o julgamento de Amélia.

Amélia Rosa, descrita nas fontes como uma mulher negra forra, nascera em Alcântara. A imprensa comentava que ela era devota de Nossa Senhora e que seus rituais de cura aconteciam num sobrado, nas proximidades do Paço Municipal. Durante esses rituais, Amélia se dizia possuída pela “rainha de Taba” e contava com a ajuda de três mulheres negras, que também incorporavam espíritos: Geminiana “recebia” durante os rituais o “rei Sebastião”; Maria, “São Lázaro”; e Catarina, “São João”. Muito conhecida da população negra urbana, Amélia Rosa, chamada ainda de “curandeira” e “mulher-pajé”, se dedicava a tratar e curar enfermidades, bem como a fazer adivinhações.

Sua prisão ocorreu em novembro de 1876. Uma grande operação policial “prendeu doze mulheres e um homem, que dançavam seminus polvilhados de cinzas”. Também foi encontrado material para uso religioso, como pimenta, alfazema, canudos pintados, tigelas, aguardente e “diversos rosários de contas brancas e pretas”.

A ida de Amélia para a prisão foi acompanhada de uma procissão formada pela população negra de São Luís. Contra ela, existiam outras acusações: ter causado queimaduras e lesões corporais, e ter envenenado Joana, uma escravizada que havia procurado Amélia Rosa em busca de cura. Alegava-se que seu problema de saúde era, na verdade, motivado por uma “possessão demoníaca” e que Amélia teria aplicado “beberagens amargas e repugnantes” em Joana. No tratamento terapêutico, fizera-se uso de navalhas e velas, que poderiam ter provocado ferimentos na escravizada. Ademais, no lugar onde Joana estava recolhida, foram achados “vários quadros de santos sobre uma banca e velas acesas, um chifre queimado, um trapo sujo e

nauseabundo envolvido numa toalha, flores secas”. Pesquisadores como Sérgio Ferretti (1937-2018) e Mundicarmo Ferretti (1944-) revelaram não só a figura de Amélia, como muitas dimensões das religiosidades africanas e populares do Maranhão urbano oitocentista. Mais, não sabemos, mas é preciso ir além do preconceito dos jornalistas para avaliar a importância de Amélia Rosa, que era muito estimada pela população local e exercia seus poderes curativos em São Luís, uma das grandes cidades negras do circuito atlântico.

FONTES: Flávio dos Santos Gomes; Jacira Pavão; Josenildo de Jesus Pereira, Mundinha Araujo, Mundicarmo Ferretti; Sérgio Ferretti.

VEJA TAMBÉM: Caetano da Costa; Domingos Álvares; Divino Mestre; Feliciano Maria Olímpia; Florência Joaquina; Juca Rosa; Luzia Pinta.

ANA CLARA MARIA ANDRADE, DEOLINDA E ISABEL MARIA DA CONCEIÇÃO

SÉC. XIX | RIO DE JANEIRO

“Mulheres capoeiristas no século XIX?” Ironizando a cena, a edição do *Jornal do Commercio* de 29 de janeiro de 1878 noticiava que algumas “pretas” tinham sido “presas por capoeiras”. Na rua do Riachuelo, no Rio de Janeiro, sob a acusação de serem “peritas na capoeiragem” e com o adjetivo de “destemidas”, foram detidas as mulheres negras livres Isabel Maria da Conceição — conhecida como Nenê — e Ana Clara Maria Andrade, juntamente com a escravizada Deolinda,

*image
not
available*

Relatos apenas mencionam que ela teria vivido em Vila Rica, Minas Gerais, no século XVIII. Aliás, como vários escravizados de seu tempo, Ana de Jesus há de ter conquistado a liberdade em razão do pecúlio que acumulou encontrando ouro de aluvião nos rios da província.

Na época criou-se ali uma sociedade muito mais complexa, se comparada ao resto do país. Uma comunidade branca, europeia e livre convivia com uma população africana ou crioula, vinda diretamente da África ou formada por migrantes de outras regiões, que podiam ser escravizados ou livres.

O certo é que a mineração gerou muita diversidade quanto à condição social dessas populações. Podiam enriquecer rapidamente, e assim comprar suas alforrias, que, apesar de bastante reduzidas — não passavam de 10% —, avaliando-se o conjunto dos habitantes, se tornaram mais frequentes naquele contexto específico.

Não se conhece o modo como Ana ganhava a vida. Conta Laura de Mello e Souza (1953-) que a essa altura a moça era abastada a ponto de manter sua própria escravaria. Também não se tem registro de quando nasceu ou morreu. No entanto, documentos revelam que ela teria se casado com Tomás de Freitas no dia 9 de janeiro de 1745, o qual era, até então, seu escravizado. Aliás, o registro do matrimônio referenda como é enganosa a tese que dizia que os escravizados e a população negra, de forma geral, não apresentavam uniões mais duradoras ou estáveis. O caso de Ana de Jesus comprova justamente o contrário.

FONTES: Érico Vital Brazil; Laura de Mello e Souza; Schuma Schumacher.

VEJA TAMBÉM: Narcisa Ribeiro.

ANA DE OLIVEIRA ?-1741 **E ROSÁRIA MARIA**

?-1803 | COSTA DA MINA; RIO DE JANEIRO

Separadas por mais de sessenta anos, considerando-se as datas de morte, as trajetórias das quitandeiras africanas Ana e Rosária iluminam os perfis de inúmeras e desconhecidas mulheres negras que forjaram uma tradição de comércio de rua nas cidades atlânticas. Ana de Oliveira deve ter chegado ao Rio de Janeiro nos últimos anos do século XVII. Durante o século XVIII, enquanto milhares de escravizados africanos eram enviados para Minas Gerais, a menor parcela acabava reencaminhada para os engenhos do Recôncavo da Guanabara, e outros tantos eram transformados em escravos urbanos. Antes de morrer em 1741, ela atestou: “Sou natural da Costa da Mina, e assim não me é necessário declarar pai, nem mãe”. Não se sabe como conseguiu a sua alforria, mas sim que, quando faleceu, era casada com Felipe da Trindade, um cativo de Ventura da Fonseca. Ana de Oliveira não deixou filhos, mas muitos bens, incluindo escravizados, dinheiro, brincos de ouro e roupas. Parte substantiva da sua pequena fortuna tinha sido adquirida como quitandeira e vendedora de alimentos, pois declarou entre os seus bens “oito moedas de 4800 empregadas em arroz, para as minhas quitandas”.

Em 1803, a paróquia de São José — no centro do Rio de Janeiro — registrava a morte de Rosária Maria, outra liberta africana. Como Ana, ela se lembraria da sua origem — Costa da Mina. Afirmou ter sido “cativa nesta cidade do Rio de Janeiro de d. Rita Botelho de Lacerda” e que fora “remida do cativoiro” por conta do dinheiro que juntou com seu trabalho. Conforme mostram Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes, já liberta, ela fez fortuna, adquirindo escravizados e muitos bens através dos “tráficos de quitandeira de que vivo”, conforme relatou em seu testamento.

Esses dois casos tratam de um Rio de Janeiro colonial urbano em transformação, entre o século XVIII e início do século XIX. Embora não seja possível comprovar, Rosária pode ter sido uma das quitadeiras que enviaram, em 1776, uma petição ao procurador do Senado da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Quitadeiras, mulheres pretas, escravizadas ou libertas, solicitavam às autoridades a manutenção do local costumeiro de seu comércio. O documento apresentava a seguinte manifestação: “Dizem as quitadeiras que sempre gozaram a posse de vender suas quitandas defronte da Casa da Câmara, na frente do mar, e justamente na vizinhança das bancas em que se vende o pescado, sem que por isso se embarace a serventia da rua; para o que costumam anualmente tirar licença do Senado”. Elas lutavam contra uma decisão da Câmara que determinava, sob argumento da “possibilidade de transmissão de doenças”, que se tratava de “áreas insalubres”, e que por isso a região em frente ao prédio do Senado deveria ser desocupada imediatamente. Essa é mesmo uma velha/ nova história.

FONTES: Carlos Eugênio Líbano Soares; Flávio dos Santos Gomes.

VEJA TAMBÉM: Catarina Mina; Efigênia, Nazaré...; Emília do Patrocínio; Maria Angélica; Sabina da Cruz.

ANA MARIA DE JESUS

SÉC. XIX | RIO GRANDE DO SUL

Nos combates travados durante a Guerra do Paraguai (1864-70), muito se falou de Ana Néri e de outras enfermeiras consideradas heroínas naquele contexto. Vários estudos incluem a atuação de diversas mulheres como enfermeiras nas frentes de batalha. É esse o caso de Ana Maria de Jesus, uma escravizada, que talvez tenha fugido e se passado por mulher livre. Em 1865, Ana Maria aparece incorporada às tropas que seguiram para as fronteiras do Paraguai.

Há algumas informações sobre a atividade de Ana Maria em 1867, quando as tropas brasileiras invadiram os territórios do Paraguai mas sofreram com os ataques da cavalaria daquele país e com as doenças epidêmicas (cólera, tifo e beribéri) que grassavam por lá e acometeram os soldados de Caxias. Consta que os batalhões brasileiros ficaram reduzidos a quase um quarto e tiveram que recuar durante o episódio conhecido como Retirada da Laguna (1867).

Auxiliando os soldados feridos nas batalhas e os atacados pelas doenças epidêmicas, Ana Maria de Jesus se destacou como enfermeira e em função dos cuidados por ela prestados no contexto dramático da, assim chamada, Guerra do Paraguai.

*image
not
available*

arrolados 167 batizados de africanos e nascidos no Brasil. Ali estava Felizarda, filha de Joana Benguela, nascida em 1792. Em 1798 foi batizada Maria, filha de Lauriana. Seus avôs eram José e Suzana, “naturais da Costa de Guiné”. Um ano depois nasceu a filha de Gracia, cujos pais eram Pedro Congo e Maria Conga. Quatro anos depois, registrou-se o batismo de Josefa, filha de Felipa, cuja avó materna se chamava Ana Mogumbe.

Em vários desses batizados aparecem também casais de padrinhos, muitos africanos, como Caetano e Leonor Benguela, Paulo Mogumbe e Isabel Conga. O padrinho de Antônio foi Gonçalo Mina. Ali gerações de africanos se conheciam, tinham filhos e estabeleciam laços de compadrio, como foi o caso de Maria Monjola. Casada com João Moçambique, ela escolheu como padrinhos do filho Domingos o casal Joana Rebolo e Manuel Mogumbe.

No fim do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, continuariam a chegar escravizados africanos para trabalhar nas administrações da Pesca das Baleias. Em 1822 foi batizado Miguel Calabar, nascido em 1797, tendo como padrinhos Daniel Mina e Maria Camundá. Na mesma ocasião batizou-se Anastácia, filha de Francisco Congo e de Maria Benguela, sendo seus padrinhos Anastácio Mina e Ana Congo. O detalhe a sublinhar nesse caso é o nome da criança, Anastácia, equivalente ao do padrinho.

A partir dos anos 1820 sobressairiam, nos batismos de filhos de cativos nascidos no Brasil, registros com a identificação dos avôs africanos. Assim, foi batizada Florinda, em 1829, filha de Maria Rosa e Manuel, com os avós paternos José e Josefa, ambos angolas, e os maternos Gonçalo dos Santos e Teresa de Jesus.

*image
not
available*

trazida para a Bahia e passado por Minas Gerais até chegar ao Rio de Janeiro.

Outras teorias afirmam que sua mãe, Delminda, desembarcou no Brasil, no dia 9 de abril de 1740, do navio negreiro *Madalena*, que viera da África com 112 negros escravizados, originários do Congo. Delminda teria sido vendida imediatamente após sua chegada ao cais. Violentada por um homem branco, engravidara, o que explicaria os olhos claros da filha. Mas de nada disso há comprovação.

De toda maneira, a fé na existência de Anastácia atrai, até os dias de hoje, milhares de devotos no país. Aliás, numa cidade negra como era o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, que comportava a maior concentração atlântica urbana de africanos escravizados e libertos, a história de Anastácia ganharia força e veneração.

Sua imagem ficou associada a uma gravura executada pelo artista francês Jacques Étienne Arago (1790-1854), que esteve no Rio em 1817 e retornou em 1850. É dele o retrato, suposto, de Anastácia. Arago representou uma negra, possivelmente escravizada, com a boca tampada por uma máscara de flandres — instrumento utilizado para evitar que cativos comessem terra e assim tirassem a própria vida, bem como para sevícias. Há ainda quem diga que ela seria obrigada a usar a máscara de ferro por se negar a deitar com seu senhor. Verdade ou não, o certo é que o desenho, datado de 1839, aparece até hoje em santinhos e propagandas de devoção ao culto de “Santa Escrava Anastácia”, muitas vezes conectando símbolos do catolicismo popular com aqueles das experiências religiosas de origem africana.

Consta que a adoração a ela tem uma história longa, que vem desde os últimos anos do século XVIII até a década de 1960. Seu culto iniciou-se em 1968, quando, numa exposição em homenagem aos oitenta anos da abolição, foi apresentada justamente a gravura de Arago. Com o tempo, imagem e culto se colaram, e é copiosa a quantidade de trabalhos, em geral executados por artistas negros e negras, que retratam Anastácia, mas revendo e retraduzindo sua situação para contextos mais atuais. No imaginário brasileiro e, em especial, das populações negras, Anastácia foi uma mulher de rara beleza, curandeira e milagreira. Santa e heroína, ela mistura história e lenda, luta, resistência, beleza e fé.

FONTES: Andréa Lúcia da Silva de Paiva; Hélio Menezes; John Burdick; Mary C. Karasch; Mônica Dias de Souza; Nei Lopes.

VEJA TAMBÉM: Teresa Bicuda.

ANDRÉ REBOUÇAS

1838-98 | CACHOEIRA, BAHIA; RIO DE JANEIRO

André Pinto Rebouças nasceu em Cachoeira, província da Bahia, em 13 de janeiro de 1838. Era o filho mais velho do advogado Antônio Pereira Rebouças (1798-1880). Negro e autodidata, o pai de André representou a Bahia na Câmara dos Deputados em várias legislaturas e atuou como deputado e conselheiro do Império. Sua mãe, Carolina Pinto Rebouças (?-1865), era filha do comerciante André Pinto Silveira.

André tinha sete irmãos, sendo mais próximo de Antônio (1839-74), companheiro na maioria dos seus projetos profissionais. Os irmãos Rebouças seguiram uma formação paralela aos filhos das elites do país. Em fevereiro de 1846, sua família se mudou para o Rio de Janeiro, com André e Antônio sendo alfabetizados pelo pai. Estudaram no Colégio Kopke, em Petrópolis, e depois no Colégio Marinho. Em 1854, ingressaram na Escola Militar — depois Politécnica —, onde cursaram engenharia, e, em 1855, os dois foram voluntários no 1º Batalhão de Artilharia.

Em 1857, os dois irmãos assumiram o cargo de segundo-tenente do Corpo de Engenheiros, bem como terminaram sua formação na Escola de Aplicação da Praia Vermelha. Em 1859, André se formou em ciências físicas e matemáticas, e como engenheiro militar no ano seguinte, sendo sempre o primeiro aluno da turma. Em 1860, recebeu o grau de engenheiro militar.

Em 1861, os irmãos ganharam bolsas de estudo, mas foram custeados pelo pai na viagem para a Europa, onde fizeram cursos de especialização em engenharia civil. De volta ao Brasil, André escreveu *Memórias sobre os caminhos de ferro da França* e, junto com o irmão, *Estudos sobre portos de mar*.

Em 1865, preocupado com a Guerra do Paraguai (1864-70), alistou-se no Exército; no dia 21 de maio, o tenente André Rebouças, com 26 anos, partiu para a guerra. Favorável à manutenção do cerco a Uruguaiana, Rebouças iniciou, a partir de então, uma longa amizade com o conde d'Eu (1842-1922), que nessa época dirigia as tropas brasileiras.

Em 1866, atacado pela varíola, André retornou ao Rio, onde desenvolveu junto com o irmão Antônio projetos para

companhias privadas que investiam na modernização da malha urbana brasileira. Um ano antes, sua mãe faleceu. Melancólico, André pediu baixa do Exército e se inscreveu no concurso para lecionar hidráulica na Escola Central. Sua inscrição foi, entretanto, rejeitada, com a justificativa de que havia sido realizada fora do prazo. Passou, então, a desenvolver projetos para o abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e para a construção das docas Dom Pedro II e da Alfândega, onde permaneceu de 1866 até sua demissão, em 1871. Depois disso passou a gerenciar as obras de uma companhia particular. André também atuou como secretário do Instituto Politécnico e redator-geral de sua revista. Desenvolveu, ainda, outras atividades: foi responsável pela seção de Máquinas e Aparelhos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, deu aulas na Politécnica, tornou-se membro do Clube de Engenharia e da Associação Brasileira de Aclimação e foi um defensor da adaptação e produção de novos gêneros agrícolas, até então não cultivados no Brasil, para que competissem no mercado internacional.

Em 1872, André partiu para a Europa. Por lá visitou Portugal, Madri, Paris e, em dezembro, chegou à Itália, onde se encontrou com Carlos Gomes e assistiu aos ensaios da ópera *Fosca*, quando acabou convidado para ser padrinho do filho do compositor. Em 1873, viajou para Londres e Nova York a fim de participar da comitiva imperial brasileira. No entanto, teve dificuldades em reservar um hotel e também foi impedido de assistir ao espetáculo no Grand Opera House. Acabou por concluir que o problema seria a cor de sua pele e, em seu diário,

*image
not
available*

André Pinto Rebouças morreu no dia 9 de maio de 1898. Seu corpo foi encontrado bem próximo ao hotel onde morava. Até hoje não se sabe ao certo a razão de seu falecimento. Ao que tudo indica, deprimido, desequilibrou-se ou se atirou de um penhasco. Não há certeza ou dados a comprovar. Ele, que tinha então sessenta anos, sofreu com o trauma do racismo e com o isolamento daqueles que, por sua especialização, acabam se diferenciando, mas não encontram plena inclusão em meio às elites brancas do país.

FONTES: Alexandro Dantas Trindade; Amanda Rossi; Andréa Santos Pessanha; Angela Alonso; Antônio Carlos Higino da Silva; Camilla Costa; Dilva Frazão; Maria Alice Rezende de Carvalho.

VEJA TAMBÉM: Antônio Pinto Bandeira; José do Patrocínio; Luiz Gama; Machado de Assis; Teodoro Sampaio.

ANDREZA, ANTÔNIA E EFIGÊNIA

SÉC. XIX | CURITIBA, PARANÁ

As abordagens que tratam da legislação emancipacionista dos anos 1870 e 1880 e da explosão das sociedades emancipacionistas, em várias cidades do Brasil, muitas vezes silenciam acerca dos sonhos e das lutas diárias de escravizados para conquistar alforria para si e seus familiares. É nesse sentido que as experiências de Andreza e Efigênia cumprem papel exemplar. A primeira, pertencente ao comendador Antônio Ricardo dos Santos (1819-88), juntou 300 mil-réis “para auxílio de sua libertação”, enquanto Efigênia amealhou 50 mil-réis “para servir de auxílio ao resgate da liberdade”. Essas foram

as quantias que elas ofereceram, entre abril e maio de 1885, para o Club Abolicionista Paranaense, investindo recursos próprios para garantir sua alforria.

Datava de 1883 a criação da Sociedade Emancipadora Paranaense, mas o Club Abolicionista Paranaense tinha sido fundado em janeiro de 1885, atraindo muitos escravizados, que ali depositaram esperanças e pecúlios. Embora fossem alardeadas nos periódicos, nas festas e doações realizadas, nas associações, existiam, na prática, poucos recursos para alforrias. Esses advinham quase que exclusivamente do dinheiro que os próprios escravizados juntavam. O Club Abolicionista Paranaense — que durou até abril de 1886 — fazia intensa propaganda em Curitiba, anunciando: “Convido aos escravos que tiverem pecúlio e quiserem se libertar a darem os seus nomes e de seus donos na secretaria”. Já da parte dos cativos havia a percepção de que os seus recursos poderiam estar em mãos mais confiáveis e que os defenderiam judicialmente.

O Fundo de Emancipação na província do Paraná teve resultados bastante limitados, ou por cotas insuficientes e fraudes, ou mesmo por má vontade de coletores, fiscais e dos próprios senhores. A Lei dos Sexagenários de 1885 não foi muito diferente. Dos 323 escravizados com mais de sessenta anos arrolados nas matrículas especialmente preparadas, apenas 174 ganharam a liberdade pela aplicação da lei; ou seja, pouco mais da metade.

Já a dinâmica de alforrias particulares — com ações diretas de sociedades emancipadoras e com a utilização do pecúlio como parte do pagamento — foi mais intensa. Entre 1884 e 1885 registraram-se 849 alforrias particulares com cativos

concentrados na faixa dos vinte aos 39 anos, sugerindo um movimento financeiro e percepções políticas agenciadas pelos próprios escravizados. A formação de um pecúlio e a aproximação com advogados, protetores e sociedades abolicionistas podiam ser soluções para o caminho da liberdade. O periódico *Dezenove de Dezembro*, às voltas com as disputas entre liberais e conservadores, teria um papel importante em meados da década de 1880. Foi nessa ocasião que Antônia, pertencente a Fausto Bento Viana (?-1895) — prestes a se apresentar ao Club Abolicionista —, perdeu a caderneta de poupança, expedida pela Caixa Econômica, em que fora registrado o depósito de 200 mil-réis. Considerando-se que em 1886 o valor médio para a libertação de um escravizado pelo Fundo de Emancipação girava em torno de 576 mil-réis, escravizadas como Andreza, com 300 mil-réis, e Antônia, com 200 mil-réis, por exemplo, já teriam acumulado de 35% a 52% do valor.

Com variadas estratégias e expectativas, muitos escravizados e escravizadas lutaram para conseguir as suas alforrias antes de 1888. Ainda assim, em 1887, a população escravizada na província do Paraná alcançava cerca de 3500 pessoas. As investigações pioneiras de Márcia Elisa de Campos Graf (1943-) nos revelaram pedaços dessas vidas registradas na imprensa oitocentista do Paraná.

FONTE: Márcia Elisa de Campos Graf.

VEJA TAMBÉM: Augusta; Benedita Caetana, Josefa...; Damásia; Delfina e Faustina; Joaquina Benguela; Maria Águeda.

ÂNGELA

SÉC. XIX | MARANHÃO

No Maranhão, desde fins do século XVIII as regiões do Gurupi, Turiaçu, Guimarães e Viana concentraram as denúncias de mocambos, embora estes se espalhassem por toda a província. No alvorecer oitocentista, mocambeiros (assim eram denominados os quilombolas do Maranhão) e indígenas viraram tema para uma guerra travada por fazendeiros e autoridades locais. Nas áreas do Gurupi e do Turiaçu (situadas na fronteira com a capitania do Grão-Pará), entre dois grandes rios, fundaram-se os mais importantes mocambos no Maranhão. Toda a vasta região, que reunia também as áreas de Guimarães e Viana, estava “infestada” de amplas e sólidas comunidades negras rurais quilombolas, já numa segunda ou terceira geração. São diversos os relatos de expedições punitivas aos mocambeiros que se formavam ou reformavam. Entre as décadas de 1860 e 1870, dezenas de mocambos seriam atacados, boa parte dos quais identificados por nomes locais ou das lideranças: Jacarepaguá, Pacoval, São Luís e Queimado (1862); Cipó (1863); Anajás, Batalha, Cuci Paraná, Bom que Dói, Espiridiãozinho do Pará, Faveira, Lage, São José, Limão, São Pindoba, Olho d’Água, Mocambo Grande, João Baiano, Vitória, Flechal e Gerimum (1867); Braço do Laranjal (1874); Laranjal (1876-7); Escuta, Certo e Rola (1877); e Limoeiro e Piranha (1878).

Muitos desses mocambos eram remanescentes de quatro grandes mocambos ou formados por grupos familiares originários destes: São Vicente do Céu, São Benedito do Céu, São Sebastião e Limoeiro. Contra eles foram enviadas expedições

punitivas em 1853, 1858, 1862, 1864, 1867, 1868, 1873, 1876, 1878, 1879 e 1881. Documentos descrevem em detalhes povoações com mais de oitocentos habitantes, organizadas a partir de estruturas sociais, chefias, religiosidades, uma cultura material e com economia agrária.

Em diferentes contextos constituiu-se uma integração socioeconômica entre mocambeiros e outros setores camponeses com o cultivo de roças de alimentos e as trocas mercantis, alcançando os cativos que permaneciam assenzalados. E aqui encontramos lideranças de mocambeiros como a da rainha Ângela e de Daniel, do mocambo São Sebastião. Ângela provavelmente nasceu no Maranhão, sendo filha de antigos mocambeiros. Ela se transformou numa liderança do mocambo São Sebastião, era companheira de Daniel e mãe de alguns de seus filhos. Ângela aparece num longo relatório acerca de uma expedição punitiva enviada ao local em 1876. Na ocasião, as autoridades estabeleceriam conversações, visando a acordos a respeito da possível rendição dos mocambeiros do São Sebastião. Nessas fontes surgem os nomes da rainha Ângela e do “governador do quilombo, de nome Daniel”. Através de emissários, tentariam junto a esses líderes mocambeiros a “conveniência de abandonarem o centro dos matos e deixarem aquela vida selvagem”, considerando as “privações que sofriam”.

As chefias do mocambo reconheciam que a “situação” dos mocambeiros era então desvantajosa. Ao serem obrigados a adentrarem nas matas, fugindo das tropas, eles se deparavam com grupos indígenas e também sofriam ataques. Os constantes deslocamentos acarretavam, igualmente,

*image
not
available*

presas e, portanto, também serem afastadas de seus filhos. Diante de tantas separações, o infanticídio, seguido pela tentativa desesperada de suicídio, parecia a melhor e única solução.

FONTES: Lorena Féres da Silva Telles; Maria Lúcia de Barros Mott.

VEJA TAMBÉM: Agostinha; Ambrosina; Catarina Cassange; João e Timóteo; Maria do Egito; Mônica.

ANTENOR NASCENTES

1886-1972 | RIO DE JANEIRO

Nascido no Rio de Janeiro em 17 de junho de 1886, Antenor era filho de Décio de Veras Nascimento e Paulina de Veras Nascimento. E se Antenor não vivenciou a escravidão de perto, tal realidade, provavelmente, figurou entre as percepções de seus avós, pais, irmãos, primos e tios. Decerto educação, letramento e formação intelectual representaram uma estratégia para a sua família.

Antenor Nascentes estudou inicialmente no Colégio Pedro II, onde conheceu colegas como o poeta Manuel Bandeira (1886-1968). Em 1902, concluiu o curso de ciências e letras pelo Ginásio Nacional. No ano seguinte, começou a lecionar e, em 1908, já tinha o bacharelado pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais no Rio de Janeiro e atuava como funcionário público da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Ingressou no Colégio Pedro II como docente em 1919, vindo a ser o primeiro professor catedrático de espanhol dessa escola.

Em 1928 assumiu, na mesma instituição, a cátedra de português. Atuaria ainda como professor universitário na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Rio de Janeiro, na área de filologia românica. Em 1952, tornou-se professor emérito do Colégio Pedro II. Entre as décadas de 1910 e 1930, Antenor publicaria mais de uma dúzia de estudos, como *Ligeiras notas sobre redação oficial* (1914), *Um ensaio de fonética diferencial* (1919), *Método prático de análise lógica* (1920), *Como evitar as sílabas em latim* (1920), *Método prático de análise gramatical* (1921), *Noções de estilística e de literatura* (1929), e vários volumes de *O idioma nacional* (de 1926 a 1928).

Um dos fundadores da Academia Brasileira de Filologia, Antenor Nascentes editaria, em 1932, o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, com grande acolhida em Portugal e outras regiões (futuros países) falantes do português. No ano seguinte, a Academia Brasileira de Letras lhe concedeu o prêmio de melhor obra na área. Suas contribuições seriam reconhecidas também pelo governo português, que o condecorou com o título de Oficialato da Instrução Pública, em 1936. Em 1967, apresentaria o primeiro *Dicionário da língua portuguesa* da Academia Brasileira de Letras e, em 1969, o *Dicionário de sinônimos*.

Em 1962, Antenor Nascentes ganhou o prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, e em 1966 foi agraciado com o prêmio Moinho Santista de Linguística. Faleceu em 6 de setembro de 1972.

FONTES: Eduardo de Oliveira; Nei Lopes.

VEJA TAMBÉM: Ironides Rodrigues; Lino Guedes; Pretextato dos Passos e Silva; Phelipe José Alberto Jr.

ANTONICA ?-1932, **LUIZA E MARCELINA**

SÉCS. XIX E XX | PARATY, RIO DE JANEIRO

Antonica, Luiza e Marcelina participaram da fundação, real e mítica, da comunidade negra rural Campinho da Independência, localizada em Paraty, sul do estado do Rio de Janeiro. Essa seria uma das primeiras comunidades de remanescentes de quilombo reconhecida e titulada — pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pela Fundação Cultural Palmares —, em meados da década de 1990.

Na localidade chamada de sertão da Independência — nas proximidades da atual rodovia Rio-Santos, no Sul Fluminense —, situava-se a fazenda Independência. Ali trabalhavam as irmãs Antonica e Marcelina e a prima Luiza. Nas memórias dos antigos escravizados e das primeiras gerações de libertos do pós-1888, menciona-se a existência de várias fazendas e das famílias negras que nelas moravam.

A partir das antigas propriedades — parte das quais em ruínas e em decadência econômica — se organizaram bairros rurais com a permanência da população negra. Descobertas na década de 1980, as memórias deixadas por Paulina — uma espécie de guardiã do passado ancestral — trazem as histórias

contadas pela bisavó Antonica e pelas tias-bisavós Marcelina e Luiza.

Dizia Paulina que Antonica teria morrido em 1932, com 130 anos, numa estimativa provavelmente exagerada. Na memória de Paulina, Tonica “não era negra da África”, mas havia chegado ali num navio, e ainda bem pequena.

Ao que parece, Antonica e outras mulheres escravizadas tiveram seus primeiros filhos com homens africanos. Tal possibilidade é aventada no relato de Paulina, que lembra terem as ancestrais se “misturado com outros negros”, e que eles eram “bem negros” e de “sangue forte”. O companheiro da sua bisavó foi Teodoro Bernardo, talvez um africano, ex-cativo.

Embora aqui ou acolá apareçam relatos de castigos, fugas e de quilombos, as histórias míticas de Campinho são associadas também à doação de terras — não formalizadas em testamento — para algumas famílias de libertos. Paulina sempre ouviu dos mais velhos que a “fazenda quando terminou a escravidão ficou de pai para filho, [de] filho para pai e o último que ficou deu a liberdade para eles [ex-cativos] trabalharem e aí que foi dividido [as terras]”. Assim, aquelas terras seriam separadas em três territórios — míticos, simbólicos e reais — entre estas três mulheres: Antonica, Marcelina e Luiza. Já Paulina costuma sempre lembrar que “daí para cá é que somos nós”.

Foram as etnografias de Neusa de Gusmão que fizeram emergir as histórias míticas das mulheres de Campinho. Essas histórias conformam faces importantes das formações quilombolas e das comunidades negras rurais de diversas partes do Brasil. Misturam trajetórias de mulheres africanas, nascidas no Brasil, e mesmo de mães e filhas da Lei do Ventre

Livre, de 1871. A partir delas, várias comunidades negras se constituíram, se reproduziram, assim como suas culturas geracionais. Para a população de Campinho aparecem ainda registros de outros homens e mulheres negros — não tão antigos quanto Antonica, Marcelina e Luiza —, como Tia Bernarda, Tio Xará e Tia Joaquina. Com territórios baseados no parentesco, na produção de farinha e nas relações matrilineares, a comunidade se estabilizou no século XX.

Mas a luta de Campinho não ficou só no passado. A partir da década de 1960, com a construção da rodovia Rio-Santos, houve inúmeras tentativas de expropriação dessas terras. A comunidade contaria com o apoio de religiosos e de setores da Igreja, além da sua própria organização comunitária, para fazer valer os seus direitos de cidadania, memória, posse e titulação das terras.

FONTES: Mariléa de Almeida; Neusa Maria Mendes de Gusmão.

VEJA TAMBÉM: Dionísia...; Tia Eva.

ANTONIETA DE BARROS

c. 1901-52 | FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA

Nascida em 1901, em Florianópolis, Antonieta de Barros foi uma notável educadora, escritora e parlamentar. Órfã de pai, Antonieta foi criada pela mãe, Catarina, que tinha sido batizada antes de 1871 e trabalhava como escravizada doméstica. Ainda assim, consta que, aos cinco anos, Antonieta já havia começado a ser alfabetizada numa escola particular, ingressando em

*image
not
available*

mineradoras do Mato Grosso oitocentista. Conviveu com as primeiras gerações de libertos no pós-abolição. Foi nesse contexto que Antônio atuou na Santa Casa de Misericórdia, sendo que, num relatório de 1929, ele aparece numa fotografia da enfermaria da instituição.

A enfermagem no Brasil é às vezes vista como uma profissão historicamente executada por mulheres em geral brancas. Porém há indícios da presença de homens, e negros, como é o caso do enfermeiro Antônio. Aliás, ele é citado em jornais locais — como *A Plebe*, *O Mato-Grosso* e *A Cruz* —, que deram grande destaque a seus serviços de assistência à saúde na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá.

Antônio morreu em 1982, com 85 anos. Um ano antes, ele daria uma interessante entrevista ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, contando a sua trajetória, que se inicia em Cachoeirinha, onde nasceu, numa fazenda dos pais do dr. Sílvio Curvo (1905-94). Pelas mãos do dr. Ipaminondas e de outros médicos do lugar, foi trabalhar na Santa Casa. Começaria fazendo curativos, e depois de algum tempo chegou a participar de cirurgias. Nas memórias do enfermeiro são incorporadas narrativas de médicos que atuavam em conjunto com terapeutas, misturando remédios e tratamentos.

FONTE: Valdeci Silva Mendes.

VEJA TAMBÉM: Ana Maria de Jesus; Maria José Bezerra.

ANTÔNIO BAOBAD

1861-1907 | PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL

Antônio Baobad — Antônio Oliveira foi um ex-escravizado que conquistou a liberdade, fundou um jornal (*A Alvorada*) e atuou em organizações operárias durante a Primeira República. Virou, assim, um personagem símbolo, ao juntar experiências comuns de trabalhadores negros escravizados e libertos numa sociedade escravocrata e depois de empregados negros livres no fim do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Ao que se sabe, Antônio nasceu na condição de escravizado em 17 de agosto de 1861. Era irmão de Rodolfo Xavier, ambos filhos de Eva, uma mulher cativa também nascida no Brasil e propriedade de Domingos Inácio Xavier (1815-?). Eva conquistou sua alforria, em 1876, através da compra. Nada se sabe a respeito do pai dele, se seria escravizado, liberto ou livre.

A pesquisadora Beatriz Loner (?-2018) enfatizou como as primeiras narrativas sobre Antônio aparecem nas memórias de seu irmão, publicadas no periódico *A Alvorada* em maio de 1935. Ele se destacou como liderança operária, junto à categoria de chapeleiros. Há indicações de que Antônio conquistou sua alforria entre 1880 ou 1881 e teria adotado o sobrenome Oliveira de seu ex-senhor. No fim do século XIX, acabaria optando pelo sobrenome Baobad, cuja origem seria a palavra “baubab” (baobá), que designava uma frondosa árvore com enormes raízes, muito comum no continente africano. Mais tarde, investiu na sua própria escolarização, ingressando nas aulas noturnas da Biblioteca Pública, onde se matriculou em 15 de maio de 1882. Antônio conviveria com muitos homens negros livres e pobres, que se empenhavam em conseguir uma formação básica. Lá também estavam muitos libertos — a maioria pelo Fundo de Emancipação — que procuravam

instrução e acesso à educação como formas de mobilidade social. Nessas turmas, Antônio talvez tenha conhecido Justo José do Pacífico, que viria a fazer parte do Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados, entidade posteriormente vinculada à fundação da Liga Operária.

Frequentavam essas aulas várias pessoas que atuavam em entidades negras já na última década do século XIX. Antônio trabalharia como chapeleiro em Pelotas, num contexto de mobilização e de reivindicação por melhores salários, menor carga horária, roupas, equipamentos e condições de trabalho e saúde para os operários. Em 1886, ele já aparece na Sociedade de Socorros Mútuos e na Associação Beneficente União e Fraternidade dos Operários Chapeleiros, entidade mutualista. Em seguida, participa da Liga Operária, depois colabora no jornal socialista *Democracia Social*.

Em 1893, o nome de Antônio Baobad surgiria vinculado a paralisações e greves em fábricas de chapéus. Suas ações políticas republicanas e socialistas ganharam ainda maior destaque no início do século XX, com a participação dele, como presidente, na primeira entidade operária socialista de Pelotas, a União Operária Internacional (UOI), na fundação do Centro Operário Primeiro de Maio, que eram entidades de maioria negra, bem como no Asilo São Benedito, criado para apoiar crianças negras. Antônio Baobad faleceu aos 45 anos, de tuberculose pulmonar.

FONTES: Beatriz Loner; José Antônio dos Santos.

VEJA TAMBÉM: Clementina Maria da Conceição...; Euzébio de Queiroz Coutinho Barcelos; Manuel Padeiro e Negro Lucas.

ANTÔNIO CANDEIA FILHO

1935-78 | RIO DE JANEIRO

Antônio Candeia Filho, nascido no Rio de Janeiro em 1935, foi um artista de grande influência no resgate de várias dimensões do samba negro, além do jongo, do partido-alto e de outras manifestações africanas e afro-brasileiras. Ele manteve um forte vínculo com a escola de samba Portela — nascida no bairro de Oswaldo Cruz como uma série de blocos que ganharam as ruas em 1923, e refundada em 1936. Candeia entrou para a ala de compositores da Portela em 1953. Nessa mesma década, criou diversos sambas-enredos que foram destaque nos carnavais cariocas. Participando de encontros musicais nos subúrbios do Rio, especialmente Oswaldo Cruz e Madureira, fez amizade com Luperce Miranda (1904-77), Zé da Zilda (1908-54), Claudionor Cruz (1910-95), entre outros músicos.

Candeia teceu várias críticas às mudanças estéticas e intervenções financeiras diretas na organização das escolas de samba, e fundou, em 1975, o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo, uma resposta aos movimentos que denominava de “colonização cultural e cooptação artística”. Na Quilombo, estiveram presentes intelectuais, artistas e músicos negros relevantes como Nei Lopes (1942-), Jorge Coutinho (1934-), Darci do Jongo (1932-2001), Wilson Moreira (1936-2018), Geovana (Maria Teresa Gomes, 1954-) e Elton Medeiros (1930-2019).

Candeia, que era policial, foi baleado em ação e acabou paraplégico. Mesmo assim, tomou parte de vários eventos e

*image
not
available*

procedências. Alguns tinham como origem a África Central: Benguela (três), Cabinda (dois), Rebolo (um), Congo (um) e Angola (um). Outros vieram da África Oriental: Quilimane (três) e Moçambique (dois). No seu testamento, registrou que, quando morresse, os seus cativos Joaquim Rebolo, Joaquim Congo, Domingos Moçambique, Felipe Moçambique e Antônio Quilimane deveriam ser alforriados. Quem também ganhou a liberdade foi Carlota Cabinda e seu filho Alexandre, com pouco mais de um ano. Interessante é que dois desses cativos alforriados adotaram o sobrenome Dutra, repetindo a possível tradição do próprio Antônio Dutra, que pode ter sido cativo do forro José Dutra. Ele teve seis filhos, com três mulheres diferentes. Inácia, sua filha com a escravizada Josefa Mina, foi registrada em 1822. Na década de 1830, nasceram Manuel e Alexandre, frutos de seu relacionamento com Laura Maria do Rosário, mulher forra, nascida no Brasil. Com Ana Maria Matildes, igualmente forra e brasileira, ele teve três filhas.

Nas vésperas de falecer, ele declarou em testamento que vivia com “uma negra forra”: Rosa Benguela. Inácia, sua primeira filha e principal herdeira, foi alforriada em 1827, aos cinco anos, sendo pagos 128 mil-réis e lavrada a liberdade dela “para todo o sempre, como se forra nascesse do ventre materno”. Outros filhos de Dutra — nascidos livres, visto serem de mulheres libertas — adotaram o seu sobrenome. Eles se tornaram Manuel José Dutra e Alexandre José Dutra; um atuava como oficial de barbeiro e o outro aprendia o ofício de dourador. Com a morte do pai, ainda jovens e convivendo com a mãe, eles herdaram um cativo cada um, além de uma casa

localizada na rua do Saco do Alferes, que alugaram, dividindo os rendimentos.

Parte da prosperidade de Dutra veio também de sua atuação como músico e depois líder de banda. Sabe-se que bandas de barbeiros, compostas de africanos, escravizados, libertos e nascidos no Brasil, eram muito requisitadas em cidades negras como Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Acompanhavam festas, enterros, procissões religiosas, entre outros. No inventário de Antônio Dutra foram relacionados bumbos, tambores, pratos, e instrumentos de sopro como clarinetas, pistões e trompetes. Após a morte dele, seus ex-cativos, bem como aqueles que receberam a alforria, deram continuidade às suas atividades, tanto na barbearia como na banda de música.

FONTES: Anderson J. M. Oliveira; Silvana Jeha; Tânia Salgado Pimenta; Zephyr L. Frank.

VEJA TAMBÉM: Manuel Tranquilino Bastos; Padre José Maurício.

ANTÔNIO GONÇALVES TEIXEIRA E SOUSA

1812-61 | CABO FRIO, RIO DE JANEIRO

Teixeira e Sousa nasceu em Cabo Frio, capitania do Rio de Janeiro, em 1812. Consta que era filho de Ana Teixeira de Jesus, mulher negra, e de Manuel Gonçalves, comerciante português. Com vários irmãos e uma infância humilde, exerceu na juventude o ofício de carpinteiro em Niterói, tendo depois iniciado estudos com o cirurgião e poeta Inácio Cardoso da

Silva. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1825, quando contraiu tuberculose, sendo obrigado a retornar a Cabo Frio para se tratar. Em 1832, voltou ao Rio, onde permaneceu por um tempo empregado na tipografia de Francisco de Paula Brito (1809-61).

A partir dos anos 1840, Teixeira e Sousa publicou romances, coletâneas de poemas e peças de teatro como *Cornélia* (1840), *Cânticos líricos* (1841-2), *O filho do pescador* (1843), *Os três dias de um noivado* (1844), *Tardes de um pintor ou As intrigas de um jesuíta* (1847), *A Independência do Brasil* (1847-55), *Gonzaga ou A Conjuração de Tiradentes* (1848-51). Paula Brito era seu editor quando Teixeira e Sousa lançou o romance *O filho do pescador* (1843), considerado por vários estudiosos como uma obra pioneira.

A exemplo do que ocorria com outros escritores em início de carreira, muitos romances de Teixeira e Sousa circularam a princípio em periódicos e folhetins e só depois foram publicados sob a forma de livros. Lançou em 1854, e com igual sucesso, *A providência* (1854), *O cavaleiro teutônico ou A freira de Marienburg* (1855), *As fatalidades de dous jovens* (1856), *Maria ou A menina roubada* (1859).

Ocupando o posto de funcionário público (escrivão da 1ª Vara do Juízo do Comércio do Rio de Janeiro) desde 1855, Teixeira e Sousa se dedicou, sobretudo, à literatura. Faleceu em 1861 de tuberculose, uma das doenças mais letais naquela época e muito comum nas biografias de várias personalidades negras.

FONTES: Enciclopédia Itaú Cultural; Maria Generosa Ferreira Souto; Nei Lopes; Noêmia Coutinho Pereira Lopes.

VEJA TAMBÉM: Cruz e Sousa; Francisco de Paula Brito; Lima Barreto; Machado de Assis.

ANTÔNIO PINTO BANDEIRA

1863-96 | NITERÓI E RIO DE JANEIRO

Sabe-se pouco sobre a vida do pintor e professor Antônio Pinto Bandeira. Consta que teria nascido em Niterói, Rio de Janeiro, que o avô era um escravizado e que o pai tinha o ofício de alfaiate. Já o garoto procurou seguir as etapas comuns a um artista visual oitocentista: matriculou-se, aos dezesseis anos, na Academia Imperial de Belas Artes, onde estudou entre 1879 e 1884, tendo sido aluno de Vítor Meireles (1832-1903), Agostinho José da Mota (1824-78) e João Zeferino da Costa (1840-1915). Participou das Exposições Gerais de Belas Artes de 1884 a 1890. Em 1884, recebeu uma menção honrosa e, no ano seguinte, o prêmio Imperatriz do Brasil, na seção de pintura. Inscreveu-se, em 1887, no concurso de viagem à Europa, mas não teve êxito. O escultor e professor Rodolfo Bernardelo (1852-1931) contestou o resultado, e Pinto Bandeira foi de alguma maneira compensado com a aquisição de duas de suas obras: *Habitação na raiz da serra da Estrela* (1884) e *Chácara em Niterói* (1887).

Mesmo assim, contrariado com o desfecho, Pinto Bandeira aceitou, por indicação de Firmino Monteiro (1855-88), artista negro como ele, lecionar desenho e pintura no Liceu de Artes e Ofícios de Salvador, onde expôs na mostra de 1889. Ainda na capital baiana, nesse mesmo ano, produziu várias pinturas da paisagem local e realizou uma exposição individual exibindo

quinze quadros de paisagens, marinhas, figuras e temas religiosos. Retornou a sua cidade natal em 1890 e lá tentou fundar uma escola de belas-artes, mas não obteve sucesso.

Pinto Bandeira se dedicou à natureza-morta, ao retrato e à pintura de gênero, mas se destacou, mesmo, nas paisagens. Em obras como *Moça sentada* (1890) e *Jovem adormecida* (1891), ambas pertencentes ao Museu Antônio Parreiras, percebe-se o colorido intenso do artista e a dimensão intimista de seu trabalho. Nessas telas, sobressaem as figuras de pele escura, o que sugere a opção do artista por modelos negros, como se nota em *Feiticeira* (1890).

O fracasso na tentativa de criar a escola em Niterói, a impossibilidade de seguir para a Europa com o apoio do imperador, aliados a seu temperamento cada vez mais melancólico, podem ter contribuído para o trágico fim do pintor: ao que tudo indica, Antônio Pinto Bandeira se suicidou em 16 de agosto de 1896, aos 33 anos, atirando-se de uma balsa na baía da Guanabara. Seu corpo só foi encontrado doze dias depois, sendo sepultado de maneira apressada devido ao adiantado estado de decomposição. Enquanto alguns atribuíram o suicídio às dificuldades na carreira do artista, já seu mestre Antônio Parreiras (1860-1937) mencionou uma desilusão amorosa causada pelo preconceito racial. Essa é uma história individual, mas também comum entre jovens negros que se deparam com o fato de a cor agir, muitas vezes, como um impedimento social.

FONTES: Donato Mello Jr.; Emanuel Araújo, Ferreira Gullar; Gilberto Ferrez; José Maria dos Reis Jr.; José Roberto Teixeira Leite; Júlio